



DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Presidência do Conselho de Ministros

Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/98:

Autoriza a subscrição de capital social da SPI-
DOURO — Sociedade de Promoção de Empresas e
Investimentos do Douro, S. A. 476

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Educação

Portaria n.º 54/98:

Altera o quadro de pessoal não docente do Insti-
tuto Superior de Contabilidade e Administração do
Instituto Politécnico de Aveiro relativamente às
áreas funcionais de biblioteca e documentação e de
arquivo 476

Ministérios da Educação e da Saúde

Portaria n.º 55/98:

Altera os planos de estudo dos cursos de estudos supe-
riores especializados em Enfermagem de Saúde Men-
tal e Psiquiátrica e em Enfermagem na Comunidade
ministrados pela Escola Superior de Enfermagem de
Viseu 477

Ministério da Saúde

Despacho Normativo n.º 10/98:

Determina que os centros de saúde assegurem o seu
funcionamento normal entre as 8 e as 20 horas nos
dias úteis, podendo o horário de funcionamento ser alar-
gado até vinte e quatro horas diárias, incluindo sábados,
domingos e feriados, em função do interesse público,
das necessidades da população ou das características
locais da área geográfica abrangida. Revoga o artigo 12.º
do Regulamento dos Centros de Saúde, aprovado pelo
Despacho Normativo n.º 97/83, de 22 de Abril 478

Ministério do Trabalho e da Solidariedade

Portaria n.º 56/98:

Prorroga o prazo de vigência da Portaria n.º 566/97,
de 29 de Julho, que definiu medidas especiais de pro-
tecção aos trabalhadores dos concelhos da Covilhã,
Gouveia, Guarda, Manteigas e Seia e nas freguesias
de Cebolais de Cima e de Retaxo, do concelho de Cas-
telo Branco 479

Região Autónoma dos Açores

Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 2/98/A:

Aprova o Plano Regional para 1998 479

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/98

O Programa de Desenvolvimento do Douro, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/95, de 7 de Abril, instituiu, como um dos seus vectores de actuação, a criação de uma sociedade em parceria com os agentes económicos e entidades locais, com o objectivo de promover iniciativas e investimentos na região. Para esse fim foi elaborado um estudo de viabilidade que define o projecto da sociedade e aponta para a sua viabilidade económica, desde que assegurado o apoio do Estado nos termos previstos naquele Programa.

O Governo deu o seu acolhimento a este projecto de criação de uma sociedade de promoção da iniciativa e do investimento no Douro e entendeu oportuno tomar a iniciativa de lançar o processo de constituição dessa sociedade.

Os agentes económicos e entidades locais aderiram com significativa receptividade a esta iniciativa do Governo, tendo-se constituído um corpo de accionistas fundadores que asseguram a necessária capacidade e credibilidade para viabilizar a sociedade e o lançamento dos seus serviços, permitindo que esta possa vir a tornar-se instrumento relevante para o desenvolvimento económico e empresarial da região.

O Governo, no seu intuito de estimular e promover o surgimento e vulgarização de novos e mais qualificados serviços de apoio à actividade económica e empresarial nas zonas mais periféricas, está também interessado em apoiar a instalação de novas competências técnicas e no lançamento de novos serviços que contribuam para a promoção e qualificação das iniciativas e investimentos empresariais na zona.

Reconhece-se, assim, no núcleo de accionistas fundadores da SPIDOURO — Sociedade de Promoção de Empresas e Investimentos do Douro, S. A., as condições necessárias e suficientes para que a sociedade corresponda aos objectivos e características apontados no diploma que criou o PRODOURO, assumindo-se como uma instituição regional expressamente vocacionada para a intervenção em domínios de marcado interesse para o desenvolvimento da região.

Pelo que se confirma a disponibilidade do Governo em apoiar a viabilização desta sociedade, cujo lançamento foi de sua iniciativa, nomeadamente através da celebração de um protocolo contratual que visa assegurar a execução por esta de serviços com o objectivo de promover a iniciativa e o investimento na região.

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição e do n.º 6.1 da Resolução do Conselho de Minis-

tros n.º 32/95, de 7 de Abril, o Conselho de Ministros resolveu:

Autorizar a Direcção-Geral do Tesouro a subscrever o montante de 15 000 000\$ do capital social da SPI-DOURO — Sociedade de Promoção de Empresas e Investimentos do Douro, S. A.

Presidência do Conselho de Ministros, 15 de Janeiro de 1998. — Pelo Primeiro-Ministro, *Jaime José Matos da Gama*, Ministro dos Negócios Estrangeiros.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA EDUCAÇÃO

Portaria n.º 54/98

de 5 de Fevereiro

O Decreto-Lei n.º 247/91, de 10 de Julho, veio estabelecer o estatuto das carreiras de pessoal específicas das áreas funcionais de biblioteca e documentação e de arquivo.

A Portaria n.º 216/93, de 23 de Fevereiro, adaptou o quadro de pessoal do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico de Aveiro ao regime previsto naquele diploma.

Porém, com o acentuado crescimento do Instituto, resultante, nomeadamente, do aumento do número de alunos e da criação de novos cursos, aquele quadro deixou de corresponder às necessidades permanentes dos serviços, pelo que se torna necessário proceder à sua alteração.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 59/76, de 23 de Janeiro:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças, da Educação e Adjunto, que o quadro de pessoal não docente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico de Aveiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 444/85, de 24 de Outubro, alterado pela Portaria n.º 216/93, de 23 de Fevereiro, passe a ser, relativamente às áreas funcionais de biblioteca e documentação e de arquivo, o constante do mapa anexo ao presente diploma, que dele faz parte integrante.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Educação.

Assinada em 22 de Dezembro de 1997.

Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela de Brito Arcanjo Marques da Costa*, Secretária de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro da Educação, *Alfredo Jorge Silva*, Secretário de Estado do Ensino Superior. — Pelo Ministro Adjunto, *Fausto de Sousa Correia*, Secretário de Estado da Administração Pública.

MAPA ANEXO

Instituto Politécnico de Aveiro

Instituto Superior de Contabilidade e Administração

Grupo de pessoal	Área funcional	Nível	Carreira	Grau	Categoria	Número de lugares
Técnico superior	Biblioteca e documentação.	—	Técnico superior de biblioteca e documentação.	2	Assessor principal Assessor	1
				1	Técnico superior principal Técnico superior de 1.ª classe Técnico superior de 2.ª classe	

Grupo de pessoal	Área funcional	Nível	Carreira	Grau	Categoria	Número de lugares
Técnico-profissional ...	Biblioteca e documentação	4	Técnico-adjunto de biblioteca	—	Técnico-adjunto especialista de 1.ª classe Técnico-adjunto especialista Técnico-adjunto principal Técnico-adjunto de 1.ª classe Técnico-adjunto de 2.ª classe	3

MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE

Portaria n.º 55/98

de 5 de Fevereiro

Sob proposta da Escola Superior de Enfermagem de Viseu;

Ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 480/88, de 23 de Dezembro, e no capítulo III do Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho;

Tendo em consideração o disposto na Portaria n.º 239/94, de 16 de Abril;

Manda o Governo, pelos Ministros da Educação e da Saúde, o seguinte:

1.º

Alteração

Os planos de estudos do curso de estudos superiores especializados em Enfermagem de Saúde Mental e Psi-

quiátrica e do curso de estudos superiores especializados em Enfermagem na Comunidade, aprovados, respectivamente, pelas Portarias n.ºs 544/97 e 545/97, de 23 de Julho, são alterados, passando a incluir as unidades curriculares referentes aos estágios, de acordo com o anexo à presente portaria, da qual faz parte integrante.

2.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Ministérios da Educação e da Saúde.

Assinada em 5 de Janeiro de 1998.

Pelo Ministro da Educação, *Alfredo Jorge Silva*, Secretário de Estado do Ensino Superior. — A Ministra da Saúde, *Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina*.

ANEXO

Escola Superior de Enfermagem de Viseu

Diploma de estudos superiores especializados em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica

1.º ano

Unidades curriculares	Duração	Carga horária total				Observações
		Teóricas	Teórico-práticas	Práticas	Seminários/estágios	
Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica (Infanto-Juvenil)	A	45	22			
Psiquiatria I (Infanto-Juvenil)	A	45				
Epidemiologia	A	30				
Teorias e Modelos de Intervenção Psicoterapêutica	A	30	22			
Antropologia e Sociologia da Saúde e da Família	A	45				
Estatística	A	30	22			
Metodologia de Investigação em Ciências da Saúde	A	45	22			
Modelos de Intervenção Comunitária	A	45				
Estágio I	A				280	

2.º ano

Unidades curriculares	Duração	Carga horária total				Observações
		Teóricas	Teórico-práticas	Práticas	Seminários/estágios	
Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica II (Adulto e Idoso)	A	75	22			
Psiquiatria II (Adulto e Idoso)	A	45				
Pedagogia	A	45				
Neurologia	A	30				
Gestão dos Serviços de Enfermagem	A	45				
Investigação em Ciências da Saúde	A	—	95			
Opção	A	45				
Estágio II	A				350	
Estágio III	A				105	(a)

(a) Na área em que foi escolhida a unidade curricular de opção.

Diploma de estudos superiores especializados em Enfermagem na Comunidade**1.º ano**

Unidades curriculares	Duração	Carga horária total				Observações
		Teóricas	Teórico-práticas	Práticas	Seminários/estágios	
Enfermagem Comunitária I	A	135	22			
Antropologia e Sociologia da Saúde e da Família	A	45				
Epidemiologia	A	30				
Estatística	A	30	22			
Metodologia de Investigação em Ciências da Saúde	A	45	22			
Psicologia da Saúde	A	45				
Modelos de Intervenção Comunitária	A	45				
Estágio I	A				280	

2.º ano

Unidades curriculares	Duração	Carga horária total				Observações
		Teóricas	Teórico-práticas	Práticas	Seminários/estágios	
Enfermagem Comunitária II	A	135	44			
Pedagogia	A	45				
Gestão dos Serviços de Enfermagem	A	45				
Investigação em Ciências da Saúde	A		95			
Opção	A	45				
Estágio II	A				350	
Estágio III	A				105	(a)

(a) Na área em que foi escolhida a unidade curricular de opção.

A — Anual.

MINISTÉRIO DA SAÚDE**Despacho Normativo n.º 10/98**

O Decreto-Lei n.º 335/93, de 29 de Setembro, veio atribuir às administrações regionais de saúde competências para coordenar, orientar e avaliar a execução da política de saúde de acordo com as orientações globais e sectoriais do Governo neste domínio.

Concretamente quanto aos centros de saúde, o referido decreto-lei cometeu expressamente às administrações regionais de saúde a responsabilidade de, através dos serviços de âmbito sub-regional, assegurar a respectiva gestão, em conformidade, aliás, com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro — diploma que aprovou o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde —, nos termos do qual os centros de saúde dependem orgânica e funcionalmente das administrações regionais de saúde.

Ora, anteriormente à vigência do Decreto-Lei n.º 335/93, de 29 de Setembro, haviam sido criados ou modificados, por despacho ministerial, múltiplos serviços para atendimento de urgências em cuidados de saúde primários, com designações e índoles diversas, fixando-se-lhes, centralmente, regras e horários de funcionamento, de acordo com o estabelecido no Regulamento dos Centros de Saúde, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 97/83, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, de 22 de Abril de 1983.

Reconhecendo a premência de actualização dos princípios por que devem pautar-se a organização e funcionamento dos centros de saúde no âmbito da prestação

de cuidados, e especificamente no que respeita ao respectivo período de funcionamento, importa obstar a interpretações limitativas das atribuições, funções e responsabilidades das administrações regionais de saúde que os referidos despachos ministeriais podem originar.

Assim, considerando o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 9.º e no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 187/88, de 27 de Maio, determino o seguinte:

1 — Os centros de saúde asseguram o seu funcionamento normal entre as 8 e as 20 horas nos dias úteis, podendo o horário de funcionamento ser alargado até vinte e quatro horas diárias, incluindo aos sábados, domingos e feriados, em função do interesse público, das necessidades da população ou das características locais da área geográfica abrangida.

2 — O horário de funcionamento dos centros de saúde, incluindo o das respectivas extensões, no caso de existirem, deve ser devidamente publicitado, designadamente através de afixação no exterior e no interior das instalações.

3 — Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 335/93, de 29 de Setembro, e do n.º 12 do mapa II anexo ao Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, compete aos conselhos de administração das administrações regionais de saúde adoptar, em cada serviço, as modalidades de horário de trabalho legalmente previstas, de acordo com as regras estabelecidas nos despachos n.ºs 17/90 e 18/90, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, respectivamente de 22 de Agosto de 1990 e de 21 de Agosto de 1990.

4 — Compete às administrações regionais de saúde promover modelos de organização e funcionamento dos

centros de saúde, por forma a otimizar os recursos disponíveis e fomentar uma maior acessibilidade do cidadão aos cuidados de saúde.

5 — Qualquer inovação organizativa deve ser sempre acompanhada da monitorização dos seus efeitos e ser prontamente reajustada caso se manifeste desadequada em relação à melhoria da resposta pretendida.

6 — Os SAP, CATUS, SADUS, SASUS e demais serviços de natureza idêntica, criados por despachos ministeriais, ficam subordinados às decisões que os conselhos de administração das administrações regionais de saúde venham a tomar sobre a melhor forma de reorganizar este tipo de serviços, em função da maximização da melhoria do estado de saúde dos cidadãos e de acordo com o estabelecido no presente despacho.

7 — É revogado o artigo 12.º do Regulamento dos Centros de Saúde, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 97/83, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, de 22 de Abril de 1983.

8 — O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura.

Ministério da Saúde, 23 de Dezembro de 1997. —
A Ministra da Saúde, *Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE

Portaria n.º 56/98

de 5 de Fevereiro

A Portaria n.º 566/97, de 29 de Julho, reconhecendo o impacto económico e social gerado pela reestruturação de várias empresas locais do sector têxtil da zona da serra da Estrela, cujo volume de emprego é significativo, veio definir medidas especiais de protecção no desemprego aplicáveis aos trabalhadores provenientes de empresas daquele sector de actividade situadas nos concelhos da Covilhã, Gouveia, Guarda, Manteigas e Seia e nas freguesias de Cebolais de Cima e de Retaxo, do concelho de Castelo Branco.

Dado o carácter necessariamente transitório de medidas desta natureza, o n.º 9.º da referida portaria fixou prazo de vigência das referidas medidas especiais de protecção social a terminar em 31 de Dezembro de 1997.

Admitindo-se, no entanto, que subsistem desajustamentos na realidade empresarial e social envolvida, ultrapassáveis apenas com a plena reestruturação e ou reconversão da indústria dos lanifícios naquela zona geográfica, há necessidade de prorrogar a vigência de tais medidas especiais de protecção social no desemprego.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 291/91, de 10 de Agosto, o seguinte:

1.º O disposto na Portaria n.º 566/97, de 29 de Julho, mantém-se em vigor até 30 de Junho de 1998.

2.º A presente portaria produz efeitos desde 1 de Janeiro de 1998.

Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Assinada em 30 de Dezembro de 1997.

Pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade, *Fernando Lopes Ribeiro Mendes*, Secretário de Estado da Segurança Social e das Relações Laborais.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Assembleia Legislativa Regional

Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 2/98/A

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores resolve, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º e do n.º 1 do artigo 232.º da Constituição e da alínea l) do n.º 1 do artigo 32.º e do n.º 3 do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovar o Plano Regional para 1998, que se anexa.

Aprovada pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na Horta, em 28 de Novembro de 1997.

O Presidente da Assembleia Legislativa Regional,
Dionísio Mendes de Sousa.

Introdução

O Plano para 1998 integra-se na política a implementar no âmbito da proposta do Plano a Médio Prazo 1997-2000.

Este Plano anual corresponde no essencial à estrutura do Plano para 1997.

Destaca-se ainda o esforço desenvolvido ao nível da desagregação espacial e por acções das propostas de investimento, assim como uma maior explicitação da respectiva programação.

Objectivos anuais

Os grandes objectivos de programação estão explicitados e justificados na proposta do Plano a Médio Prazo.

Tendo em atenção esses objectivos, as grandes linhas de orientação que lhe estão associadas e a conjuntura em que se desenvolve a programação para 1998, formulam-se os seguintes objectivos anuais:

Dinamizar a actividade produtiva privada

A participação do sector privado no crescimento económico é fundamental, na perspectiva de geração de riqueza e de emprego. Este Plano anual encerra um conjunto de instrumentos de fomento e apoio ao investimento privado em diversas áreas e sectores da economia regional, promovendo também outros dirigidos às funções de aprovisionamento e comercialização da produção privada. Por outro lado, é dedicada especial atenção à envolvente da actividade produtiva, no que se relaciona com a adequação de infra-estruturas públicas de apoio às necessidades das empresas.

Estabilizar o mercado de trabalho

Embora evidenciando uma tendência para a diminuição, o nível de desemprego da Região atingiu nos anos de 1994 e 1995 valores elevados. Na perspectiva de estabilizar o mercado de trabalho e despistar fenómenos de pobreza e de exclusão social associados a níveis elevados de desocupação involuntária de activos, foram tidas em consideração as necessidades de manutenção/criação de emprego, havendo propostas inovadoras ao nível da formação profissional dos activos.

Melhoria dos níveis de eficiência da oferta de bens e serviços públicos

É da responsabilidade das autoridades públicas regionais a satisfação de necessidades em bens e serviços públicos essenciais, indispensáveis ao funcionamento do sistema económico e ao bem-estar e qualidade de vida das populações. Para além do aumento quantitativo da oferta, que este Plano propõe, está subjacente uma política de reorganização e fomento de qualidade na produção desses bens e serviços, com especial enfoque na gestão criteriosa dos meios, evitando-se desperdícios pela sua utilização deficiente.

Investimento

A despesa pública de investimento prevista para o Plano anual de 1998 atinge um valor de 41,75 milhões de contos.

Os programas que constituem o vector estratégico Fortalecimento e Diversificação do Sistema Produtivo e que abarcam a programação para os sectores da agricultura, das pescas, do turismo, da indústria e artesanato, do comércio e dos sistemas de incentivos afectam cerca de 30% da dotação do Plano, a que corresponde a um valor de investimento de 12,33 milhões de contos.

As Infra-Estruturas de Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social, a que correspondem as intervenções nos domínios dos transportes terrestres, marítimos e aéreos, equipamentos públicos, energia e ciência e tecnologia, compreendem um volume de investimento de 8,94 milhões de contos, cerca de 21,4% da dotação total.

A programação dirigida aos sectores de educação, juventude e emprego, saúde, segurança social, protecção civil, ambiente, cultura, desporto, habitação e comunicação social, que constituem o vector Valorização dos Recursos Humanos e da Qualidade de Vida, totaliza uma despesa de investimento de 13,40 milhões de contos, cerca de 32,1% da dotação deste Plano anual.

Os sectores da cooperação externa, de administração regional e local, do planeamento, finanças e estatística terão, no seu conjunto, uma dotação de 943 000 contos.

As intervenções excepcionais, no âmbito das tempestades que assolaram a Região, incluindo a recente intempérie que assolou a ilha de São Miguel na noite de 30 para 31 de Outubro de 1997, dirigidas aos sectores da agricultura, da pesca, dos transportes, do ambiente, bonificação de juros de linhas de crédito para os sinistrados e recuperação de edifícios e realojamentos, somam um valor de investimento de 6,13 milhões de contos.

Plano para 1998 — Desagregação sectorial

(Em milhares de contos)

	Vectores estratégicos/programas	1998	Percentagem total
	Fortalecimento e Diversificação do Sistema Produtivo	12 329,8	29,5
1	Fomento Agrícola	2 603,5	6,2
2	Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos Agro-Pecuários	1 854,0	4,4
3	Diversificação Agrícola	665,0	1,6
4	Desenvolvimento Florestal	488,0	1,2
5	Estruturas de Apoio à Actividade da Pesca	1 674,5	4,0
6	Modernização das Pescas	1 189,3	2,8
7	Desenvolvimento do Turismo	1 456,0	3,5
8	Sistemas de Incentivos ao Turismo	819,0	2,0
9	Desenvolvimento Industrial	325,0	0,8
10	Desenvolvimento do Comércio e Exportação	255,5	0,6
11	Sistemas de Incentivos	1 000,0	2,4
	Infra-Estruturas de Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social	8 943,7	21,4
12	Sistema Rodoviário Regional	3 925,0	9,4
13	Equipamentos Públicos	585,0	1,4
14	Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos	2 488,0	6,0
15	Desenvolvimento dos Transportes Aéreos	1 047,5	2,5
16	Consolidação e Modernização do Sector Energético	268,0	0,6
17	Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica	630,2	1,5
	Valorização dos Recursos Humanos e da Qualidade de Vida	13 404,5	32,1
18	Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educacionais	3 020,0	7,2
19	Desenvolvimento do Sistema Educativo	325,0	0,8
20	Juventude e Emprego	663,0	1,6
21	Desenvolvimento de Infra-Estruturas de Saúde	2 125,0	5,1
22	Desenvolvimento do Sistema de Saúde	345,0	0,8
23	Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social	440,0	1,1
24	Protecção Civil	638,8	1,5
25	Qualidade Ambiental	422,1	1,0
26	Património e Actividades Culturais	1 686,0	4,0
27	Desenvolvimento Desportivo	895,0	2,1
28	Habitação	2 710,0	6,5
29	Comunicação Social	134,6	0,3
	Gestão Pública e Institucional	943,0	2,3
30	Cooperação Externa	188,0	0,5
31	Administração Regional e Local	600,0	1,4
32	Planeamento, Finanças e Estatística	155,0	0,4
	Calamidades	6 126,4	14,7
33.1	Agricultura	730,0	1,7
33.2	Pescas	269,4	0,6

(Em milhares de contos)

	Vectores estratégicos/programas	1998	Percentagem total
33.3	Reabilitação de Estradas Regionais	2 590,0	6,2
33.4	Transportes Marítimos	1 358,0	3,3
33.5	Ambiente	879,0	2,1
33.6	Bonificações e Apoios	10,0	0,0
33.7	Edifícios	290,0	0,7
	Total	41 747,4	100,0

Plano para 1998 — Desagregação por entidade proponente

(Em milhares de contos)

	Entidades executoras/programas	1998	Percentagem total
	Presidência do Governo Regional	1 717,8	4,1
17	Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica	630,2	1,5
29	Comunicação Social	134,6	0,3
30	Cooperação Externa	188,0	0,5
31	Administração Regional e Local	600,0	1,4
32	Planeamento, Finanças e Estatística	155,0	0,4
33.6	Calamidades — Bonificações e Apoios	10,0	0,0
	Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais	9 499,0	22,8
18	Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educacionais	3 020,0	7,2
19	Desenvolvimento do Sistema Educativo	325,0	0,8
20	Juventude e Emprego	663,0	1,6
21	Desenvolvimento de Infra-Estruturas de Saúde	2 125,0	5,1
22	Desenvolvimento do Sistema de Saúde	345,0	0,8
23	Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social	440,0	1,1
26	Património e Actividades Culturais	1 686,0	4,0
27	Desenvolvimento Desportivo	895,0	2,1
	Secretaria Regional da Economia	9 017,0	21,6
7	Desenvolvimento do Turismo	1 456,0	3,5
8	Sistemas de Incentivos ao Turismo	819,0	2,0
9	Desenvolvimento Industrial	325,0	0,8
10	Desenvolvimento do Comércio e Exportação	255,5	0,6
11	Sistemas de Incentivos	1 000,0	2,4
14	Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos	2 488,0	6,0
15	Desenvolvimento dos Transportes Aéreos	1 047,5	2,5
16	Consolidação e Modernização do Sector Energético	268,0	0,6
33.4	Calamidades — Transportes Marítimos	1 358,0	3,3
	Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente	10 774,8	25,8
1	Fomento Agrícola	2 603,5	6,2
2	Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos Agro-Pecuários	1 854,0	4,4
3	Diversificação Agrícola	665,0	1,6
4	Desenvolvimento Florestal	488,0	1,2
5	Estruturas de Apoio à Actividade da Pesca	1 674,5	4,0
6	Modernização das Pescas	1 189,4	2,8
25	Qualidade Ambiental	422,1	1,0
33.1	Calamidades — Agricultura	730,0	1,7
33.2	Calamidades — Pescas	269,4	0,6
33.5	Calamidades — Ambiente	879,0	2,1
	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	10 738,8	25,7
12	Sistema Rodoviário Regional	3 925,0	9,4
13	Equipamentos Públicos	585,0	1,4
24	Protecção Civil	638,8	1,5
28	Habitação	2 710,0	6,5
33.3	Calamidades — Reabilitação de Estradas Regionais	2 590,0	6,2
33.7	Calamidades — Edifícios	290,0	0,7
	Total	41 747,4	100,0

Desenvolvimento da programação

O Plano para 1998 contém algumas inovações na sua organização, derivadas das alterações introduzidas na segunda proposta do Plano a Médio Prazo.

Este Plano anual articula-se em 5 grandes vectores estratégicos da política regional, compreendendo 33 programas e 92 projectos, que por sua vez integram 440 acções.

Vector — Fortalecimento e Diversificação do Sistema Produtivo

Para o sector agrícola estão previstas intervenções nos domínios do fomento e modernização da produção, através da construção de infra-estruturas adequadas à actividade e da preservação da sanidade animal e vegetal, promovendo-se também a redução de custos da exploração agrícola e a modernização das explorações agro-pecuárias. No domínio da transformação e comer-

cialização dos produtos, estão programadas acções ao nível do apoio à indústria agro-alimentar, na área da qualidade e certificação dos produtos, e ainda pela melhoria efectiva da rede de abate regional. Continuar-se-á a promover a diversificação da estrutura da produção agrícola regional, bem como o fomento e gestão equilibrada dos recursos florestais.

No domínio das pescas, este Plano compreende investimentos na rede de portos de pescas da Região, na modernização da frota regional e também nos domínios da transformação dos produtos da pesca e sua comercialização. A investigação, o controlo dos recursos e a adequação de uma política correcta de formação e informação dos agentes envolvidos nesta actividade serão também áreas consideradas na programação.

O sector do turismo envolve uma programação para 1998 que abrange as áreas da promoção turística, a dinamização da oferta e da animação turísticas, a dinamização de algumas acções estratégicas no âmbito da criação de condições para a atenuação da sazonalidade acentuada que existe e ainda acções de formação e informação dos agentes que intervêm nesta actividade. Mantém-se individualizado um programa com os diversos sistemas de apoio ao investimento privado no sector.

Ao nível da indústria, para além do apoio ao investimento privado, que está compreendido em programa próprio, serão desenvolvidas acções que visam a consolidação da estrutura produtiva, a difusão de informação especializada relevante para a modernização da actividade, a construção/modernização de infra-estruturas de apoio e a dinamização da oferta de serviços

de apoio às empresas. Estão também programadas acções que visam a preservação e desenvolvimento do artesanato regional.

Para o sector do comércio serão desenvolvidas acções que envolvem a actividade interna e também a promoção externa de produtos regionais, prevendo-se ainda a participação em certames nacionais e internacionais.

Este vector compreende ainda um programa no qual se concentram as linhas de apoio ao investimento privado em diversos ramos da actividade económica regional.

(Em milhares de contos)

Vector/programas	1998
Vector — Fortalecimento e Diversificação do Sistema Produtivo	
Programa n.º 1 — Fomento Agrícola	2 603,5
Programa n.º 2 — Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos	1 854,0
Programa n.º 3 — Diversificação Agrícola	665,0
Programa n.º 4 — Desenvolvimento Florestal	488,0
Programa n.º 5 — Estruturas de Apoio à Actividade da Pesca	1 674,5
Programa n.º 6 — Modernização das Pescas	1 189,3
Programa n.º 7 — Desenvolvimento do Turismo	1 456,0
Programa n.º 8 — Sistemas de Incentivos ao Turismo	819,0
Programa n.º 9 — Desenvolvimento Industrial	325,0
Programa n.º 10 — Desenvolvimento do Comércio e Exportação	255,5
Programa n.º 11 — Sistemas de Incentivos	1 000,0
<i>Total da dotação do vector</i>	12 329,8

1 — Fomento Agrícola — 2 603 500 contos.

1.1 — Infra-Estruturas Agrícolas — 451 000 contos.

Ação	Conteúdo
Abastecimento de água	Elaboração de projectos — empreitadas de construção de reservatórios, estações de tratamento, condutas e pontos de distribuição. Fiscalização e acompanhamento das empreitadas.
Caminhos agrícolas	Elaboração de projectos — empreitadas de construção/beneficiação de caminhos agrícolas. Planeamento e fiscalização das empreitadas nos perímetros de ordenamento agrário.
Electrificação agrícola	Fornecimento de energia eléctrica às explorações agrícolas.
Infra-estruturas dos serviços	Pontos fixos de ordenha, com o objectivo de melhorar e valorizar o produto leite das explorações. Remodelação do arquivo agrícola de Santa Maria. Recuperação das instalações de apicultura do SDA da Terceira. DRDA: ampliação das instalações — gabinetes, secretaria, arquivo e parque de estacionamento.
IROA	Despesas inerentes à actividade de estudos, projectos e fiscalização a realizar pelo IROA, incluindo a aquisição de fotografia aérea, fichas, matrizes e secções cadastrais.

1.2 — Sanidade Animal e Vegetal — 748 900 contos.

Ação	Conteúdo
Infra-estruturas fitossanitárias	Conclusão das obras do laboratório de protecção integrada (Terceira). Construção de um espaço destinado à desinfecção de material vegetal no âmbito da luta conta a <i>Poppilia japonica</i> no Faial.
Sanidade animal	Manutenção do Laboratório Regional de Veterinária (Terceira), aquisição de equipamentos por forma a renovar o existente no Laboratório. Financiar a erradicação da brucelose e leucose através do abate compulsivo dos animais, em cumprimento da regulamentação comunitária na defesa da saúde pública, assegurando-se a higiene, a qualidade dos produtos finais, bem como garantir o normal funcionamento dos serviços veterinários.
Sanidade vegetal	Contrapartida regional do programa comunitário de luta contra a <i>Poppilia japonica</i> . Inspecção fitossanitária. Prospecção de organismos nocivos. Combate aos inimigos das culturas (desratizações). Propagação da batata de semente. Controlo da qualidade de sementes e plantas entradas na Região.
Infra-estruturas veterinárias	1.ª fase da construção do Laboratório Regional de Veterinária.

1.3 — Modernizar as Explorações Agro-Pecuárias — 319 000 contos.

Acção	Conteúdo
Estudos e informática	Realização de estudos por outras entidades, no âmbito do sector agrícola. Desenvolvimento e manutenção dos sistemas de informação SIARA e SIBOV.
Experimentação e divulgação	Projectos de experimentação nas áreas de pastagens e forragens, bovinicultura de leite e carne, viticultura e enologia, floricultura e horticultura. Fomentar a utilização de novas técnicas, raças, variedades e castas, com vista à melhoria da eficiência das explorações agrícolas. Elaboração do programa de televisão, na área da divulgação e publicação da revista <i>Divulgar</i> . Realização da Feira Açores. Promoção da vulgarização agrária. Apoio, no âmbito da Portaria n.º 26/95, aos projectos da IED de desenvolvimento tecnológico.
Melhoramento animal	Continuação do projecto visando a identificação de todos os bovinos. Serviços de inseminação artificial nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, Faial e Flores. Supervisionar todos os subcentros de inseminação artificial existentes na Região. Funcionamento do serviço de contraste leiteiro em São Miguel. Inscrição dos animais da raça bovina Friesian no Livro Genealógico Nacional. Preservação da raça autóctone Ramo Grande.

1.4 — Reduzir Custos de Exploração Agrícola — 1 084 600 contos.

Acção	Conteúdo
Apoio ao investimento	Contrapartida regional na aplicação das Portarias n.ºs 15/95, de 6 de Abril, e 25/95, de 6 de Abril.
Apoio ao rendimento	Compensar as desvantagens naturais das condições de produção dos agricultores, através de ajudas directas, como sejam as indemnizações compensatórias, bem como criar mecanismos de cobertura no âmbito dos seguros agrícolas.
Apoio ao sector cooperativo	Saneamento das cooperativas leiteiras — Resolução n.º 18/93, de 26 de Agosto.
Apoio às organizações de produtores	Contrapartida regional no âmbito da Portaria n.º 26/95, de 6 de Abril, por forma a reforçar a actividade das organizações de produtores.
Saneamento financeiro	Regularização de passivos directos e exclusivamente derivados do recurso ao crédito bancário para financiamento de operações de investimento dos agricultores, através da bonificação de juros de curto/longo prazo. Portaria n.º 10/91, de 26 de Fevereiro.

2 — Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos Agro-Pecuários — 1 853 960 contos.

2.1 — Transformação e Comercialização — 1 853 960 contos.

Acção	Conteúdo
Apoio à indústria agro-alimentar	Comparticipação do ORAA nos projectos executados ao abrigo do Regulamento (CEE) n.º 866/90. Apoios ao desenvolvimento da qualidade nas indústrias agro-alimentares. Participação do ORAA ao abrigo do artigo 57.º da Portaria n.º 28/95 e do Despacho Normativo n.º 136/96 — Medida n.º 4, «Dinamização agrícola do Subprograma Açores do Programa Operacional das Regiões Ultraperiféricas Portuguesas (REGIS II)».
Beneficiação do matadouro de Santa Maria Matadouro Industrial de São Miguel	Obras de beneficiação.
Construção do mercado de gado da Vinha Brava.	Início da construção.
Beneficiação da casa de matança da Graciosa.	Construção do mercado de gado.
Matadouro das Velas (rescisão do contrato) e beneficiação do matadouro da Calheta.	Obras de beneficiação.
Grande reparação do matadouro do Pico ...	Rescisão do contrato e obras de beneficiação.
Matadouro do Faial	Obras de beneficiação e reparação do matadouro do Pico.
Construção do matadouro das Flores	Finalização da obra.
Casa de matança do Corvo	Construção do matadouro.
Qualidade e certificação	Finalização da obra.
Regularização de mercados	Acções de controlo das ajudas comunitárias. Gestão de quotas leiteiras, prémios e ajudas. Desenvolvimento das acções de classificação do leite à produção e classificação de carcaças. Equipamentos de laboratórios. Aquisição de viaturas e material de informática.
	Intervenções nos mercados e pagamento do empréstimo contraído para fazer face ao Plano de Erradicação da Brucelose Bovina na Região.

3 — Diversificação agrícola — 665 000 contos.

3.1 — Diversificação da Produção Agrícola — 440 000 contos.

Acção	Conteúdo
Medidas agro-ambientais	Contrapartida regional na aplicação à Região do Regulamento (CEE) n.º 2078/92, através das Portarias n.ºs 47/95, de 20 de Julho, e 48/94, de 18 de Agosto.
Novas culturas	Contrapartida regional no âmbito da Portaria n.º 25/95, de 6 de Abril, por forma a incentivar o incremento de produções estratégicas na área da horticultura, da fruticultura e da floricultura, bem como da apicultura, culturas industriais, batata de semente e viticultura, por forma a garantir especialização e alternativas de mercado, apoiando-se a agricultura biológica.
Promoção de produtos açorianos	Promoção dos produtos agrícolas regionais no mercado externo.

3.2 — Formação e Informação — 41 000 contos.

Acção	Conteúdo
Valorização profissional	Dotar os jovens com formação que lhes permita melhorar o seu desenvolvimento profissional (cursos de alternância nas ilhas de São Miguel, Terceira e Pico) e proporcionar aos agricultores da Região capacidade profissional para desenvolverem uma actividade mais eficaz nas explorações agrícolas.

3.3 — Renovação e Reestruturação das Empresas Agrícolas — 184 000 contos.

Acção	Conteúdo
Reforma antecipada	Aplicação do Regulamento (CEE) n.º 2079/92 — Cessação da actividade agrícola.

4 — Desenvolvimento Florestal — 487 962 contos.

4.1 — Fomento e Gestão dos Recursos Florestais — 135 180 contos.

Acção	Conteúdo
Medidas de acompanhamento da reforma da PAC.	Regulamento n.º 2080/92 — Medidas florestais.
Fomento florestal	Implementação de um plano de melhoramento florestal. Sanidade florestal. Prémio à manutenção de áreas incultas arborizadas — Portaria n.º 27/95. Beneficiação do património florestal público. Viveiros florestais e investimentos nas áreas de pastagem de baldio.

4.2 — Infra-Estruturas e Equipamentos Florestais — 155 910 contos.

Acção	Conteúdo
Caminhos rurais	Conservação e reparação de caminhos. Construção de novos caminhos. Renovação do parque de máquinas.
Infra-estruturas de apoio	Conservação e reparação de edifícios e inventário do património. Conservação de caminhos florestais. Melhoramento em postos aquícolas e cinegéticos.

4.3 — Uso Múltiplo da Floresta — 196 872 contos.

Acção	Conteúdo
Informação e formação	Projecto de inventário florestal. Participação em exposições. Dia do Guarda Florestal. Estudos e acções de formação. Aquisição de vários equipamentos, exposições, feiras, folhetos.
Silvicultura ambiental e protecção	Implementação do Projecto LIFE — Recuperação de reservas florestais de recreio. Aumento do reforço da capacidade fiscalizadora do Corpo de Guardas Florestais. Dia da Árvore. Curso de guardas florestais. Gestão do sector da caça. Fiscalização. Aquisição de equipamentos para postos aquícolas e cinegéticos. Recuperação de reservas florestais de recreio.

5 — Estruturas de Apoio à Actividade da Pesca — 1 674 543 contos.

5.1 — Inspeção e Gestão — 124 000 contos.

Acção	Conteúdo
Fiscalização e inspecção	Garantir as condições necessárias à adequada gestão dos recursos através da fiscalização da zona económica exclusiva e monitorização da frota regional e à inspecção das artes utilizadas, das capturas (tamanhos mínimos) e das condições em que ocorrem as descargas, as vendas, a transformação e comercialização.
Participação em actividades de organizações internacionais.	Garantir o conhecimento continuado dos recursos pesqueiros através da participação em conferências internacionais relevantes nesta matéria.

5.2 — Estruturas Portuárias — 1 550 543 contos.

Acção	Conteúdo
Portos de pesca de Santa Maria	Reparação dos portos de Anjos e Vila do Porto.
Portos de São Miguel	Reparação dos portos de Vila Franca do Campo, Povoação, Porto Formoso e Lagoa.
Construção do porto da Ribeira Quente ...	Início da construção.
Portos de pesca da Terceira, São Mateus e Biscoitos.	Reparação dos portos de pesca.
Portos de pesca da ilha Graciosa	Reparação dos portos de pesca da Praia, Folga e Santa Cruz.
Portos de pesca de São Jorge, Norte Grande, Topo e Fajã dos Vimes.	Obras de reabilitação e beneficiação.
Portos da ilha do Pico	Obras de reabilitação e beneficiação.
Portos de pesca da ilha do Faial, Feteira e Varadouro.	Obras de reabilitação e beneficiação.
Portos de pesca da ilha das Flores, Porto Velho, Poças e Ponta Delgada.	Obras de reabilitação e beneficiação.
Porto da Casa	Obras de reabilitação e beneficiação.
Construção do porto de Rabo de Peixe ...	Início da construção do porto.
Lotas	Construção e reparação de lotas.

6 — Modernização das Pescas — 1 189 357 contos.

6.1 — Frota — 328 934 contos.

Acção	Conteúdo
Frota de pesca	Garantir apoios financeiros necessários à renovação da frota artesanal, ao crescimento da frota costeira e corrigir os investimentos efectuados na «Frota Azul».

6.2 — Transformação, Comercialização e Cooperação Externa — 731 923 contos.

Acção	Conteúdo
Cooperação externa	Promover com os PALOP e outras regiões atlânticas o estabelecimento de condições para o alargamento da área de actuação da frota regional.
Mercados e comercialização	Assegurar a primeira venda de pescado e reforçar as organizações de produtores. Estimular a competitividade do sector de transformação.
Transformação	Proporcionar investimentos no sector de transformação, sobretudo das conservas. Garantir os recursos financeiros necessários à gestão dos entrepostos frigoríficos.

6.3 — Recursos Humanos — 128 500 contos.

Acção	Conteúdo
Divulgação	Divulgar os apoios financeiros à frota de pesca e infra-estruturas. Divulgar a legislação vigente. Divulgação de conferências subordinadas ao tema «Pescas».
Formação profissional	Realização de 11 cursos de aptidão pesca, 6 cursos de pescador C, 5 cursos de arrais de pesca, 1 curso de ajudante de motorista e 1 curso de aperfeiçoamento de motorista.

7 — Desenvolvimento do Turismo — 1 456 000 contos.

7.1 — Promoção Turística — 700 000 contos.

Acção	Conteúdo
Estudos	Estudos de mercado, inquéritos.
Sistemas de informação turística	Internet, sistema de informação turística, sinalização turística, sinalização de trilhos turísticos.
Participação em feiras	Participação em feiras de turismo, <i>workshops</i> e outros certames de promoção turística no continente e no estrangeiro.
Educacionais	Organização de viagens educacionais na Região, de comunicação social, <i>trade</i> e de outras entidades com influência na promoção turística dos Açores.
Materiais de promoção	Elaboração, remodelação e aquisição de materiais promocionais.
Promoção em mercados externos	Campanhas publicitárias no continente e no estrangeiro, inserções avulsas na imprensa como suporte a acontecimentos, participação financeira em planos de promoção conjunta liderados por empresas regionais.

7.2 — Oferta e Animação Turísticas — 375 000 contos.

Acção	Conteúdo
Estruturas físicas de apoio	Apoio financeiro à instalação de parques de campismo, acordos de cooperação com juntas de freguesia, termas, limpeza e manutenção de trilhos turísticos e outros apoios financeiros na área da oferta turística.
Animação turística	Apoio a acções de animação de carácter cultural, recreativo e desportivo com interesse para a animação turística.

7.3 — Investimentos Estratégicos — 311 000 contos.

Acção	Conteúdo
Campo de golfe do Faial	Aquisição de terrenos.
Centro de congressos	Elaboração do projecto.
Projecto de Ordenamento do Saco do Porto e Orla Marítima (PDL).	Elaboração do Projecto de Ordenamento do Saco do Porto e Orla Marítima.
Apoio à conclusão do campo de golfe da Batalha.	Apoio financeiros à conclusão da instalação do campo de golfe da Batalha.
Reordenamento da baía de Angra do Heroísmo.	Elaboração do projecto integrado de recuperação da baía de Angra.
Terrenos de Pêro Teive	Elaboração do projecto de estruturas de animação.

7.4 — Informação e Formação — 30 000 contos.

Acção	Conteúdo
Iniciativas várias	Formação de guias, realização de seminários para empresários e colaboração na formação na área de hotelaria e restauração e outras acções de formação técnica na área do turismo.

7.5 — Instalações Públicas — 40 000 contos.

Acção	Conteúdo
Instalações DRT	Acabamentos da obra; aquisição de algum equipamento.

8 — Sistemas de Incentivos ao Turismo — 819 000 contos.

8.1 — Sistemas de Apoio ao Investimento Privado — 819 000 contos.

Acção	Conteúdo
Compromissos SIFIT I/II	Conclusão dos projectos SIFIT em curso.
Decretos Legislativos Regionais n.ºs 25/87/A e 4/92/A.	Conclusão dos projectos em curso.
SITRAA	Apoio à construção/ampliação e remodelação de empreendimentos turísticos e a acções de animação e promoção.

9 — Desenvolvimento Industrial — 325 000 contos.

9.1 — Consolidação de Infra-Estruturas — 120 000 contos.

Acção	Conteúdo
Infra-estruturas tecnológicas	Apoios a diversos projectos desenvolvidos pelo INOVA sobre a especificidade regional. Acções de sensibilização para o tratamento/aproveitamento de desperdícios ou resíduos industriais. Introdução de tecnologias inovadoras nos sectores mais carenciados.
Racionalização do espaço produtivo	Atribuição de uma comparticipação financeira ao parque industrial da ilha Terceira. Dinamização do parque industrial da Ribeira Grande.

9.2 — Serviços de Apoio às Empresas — 140 000 contos.

Acção	Conteúdo
Consolidação da estrutura produtiva	Acções de apoio ao perfil de especialização dos sectores tradicionais da indústria regional, introdução de tecnologias inovadoras nos sectores mais carenciados e reforço da capacidade e das aptidões dos recursos humanos na indústria.
Atitude empresarial	Apoio a acções de cumprimento de disposições legais e de acesso à assistência técnica como forma de incrementação de uma nova atitude empresarial.
Apoio à qualidade	Acções de estímulo à certificação e sensibilização dos agentes económicos para a melhoria da competitividade das empresas em termos de qualidade, associada às condições naturais e ambientais que caracterizam a Região.
Parceria com o exterior	Apoio à cooperação das empresas com entidades ligadas ao sector.
Penetração em novos mercados	Apoio aos produtos regionais e à penetração em novos mercados.

9.3 — Artesanato — 65 000 contos.

Acção	Conteúdo
Realização de feiras e concursos	Participação em feiras e concursos regionais, nacionais e internacionais.
Construção e ou reconstrução de oficinas e seu equipamento.	Construção e ou reconstrução de oficinas e seu equipamento.
Reciclagem de aprendizes, artesãos e mestres.	Acções de reciclagem de aprendizes, artesãos e mestres.
Realização de projectos, inquéritos e informação.	Realização de projectos, inquéritos, informação e acções de divulgação.

10 — Desenvolvimento do Comércio e Exportação — 255 500 contos.

10.1 — Dinamização do Comércio — 40 500 contos.

Acção	Conteúdo
Acções de dinamização comercial	Apoiar a promoção de acções de dinamização do comércio tradicional, apoio a acções que permitam melhorar a defesa dos direitos dos consumidores e apoiar programas de cooperação entre as empresas.
Outras acções de apoio ao comércio	Incentivo ao consumo de produtos regionais, realização de seminários e encontros diversos, formação profissional.

10.2 — Promoção Externa de Produtos Regionais — 215 000 contos.

Acção	Conteúdo
Apoio à promoção de produtos regionais no exterior.	Prosseguir com o apoio às empresas exportadoras de produtos regionais.
Divulgação das potencialidades económicas da Região.	Participação em feiras e exposições nacionais e internacionais.

11 — Sistemas de Incentivos — 1 000 000 de contos.

11.1 — Apoio Financeiro ao Investimento Privado — 1 000 000 de contos.

Acção	Conteúdo
Sistemas de incentivos financeiros aos investimentos privados.	Apoio a projectos de investimento privado candidatos a diversos sistemas de incentivo e satisfação de compromissos com candidaturas aprovadas no âmbito de sistemas já revogados.

Vector — Infra-Estruturas de Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social

Construção de novos troços de estradas regionais entre centros populacionais de maior dimensão, incluindo variantes e vias circulares, reabilitação de estradas regionais, através de acções de pavimentação e correcção de traçados, realização de trabalhos de con-

servação da rede regional de estradas e ainda o apoio financeiro a operadores de transportes colectivos são as principais linhas de intervenção no que concerne ao sistema rodoviário regional.

No âmbito dos equipamentos públicos, as principais acções a desenvolver relacionam-se com a construção/conservação de instalações públicas, sobressaindo a dotação prevista para o pavilhão dos Açores na EXPO 98.

Promoção de investimentos no âmbito das estruturas físicas e de exploração portuárias, com acções nos domínios da consolidação de molhes, iluminação, gares, equipamentos e outros meios de exploração, constituirão o núcleo da política dirigida ao sector dos transportes marítimos, compreendendo o tráfego de mercadorias e de passageiros.

No domínio dos transportes aéreos, os investimentos incidirão no melhoramento e na reparação de meios de exploração aeroportuária, designadamente na melhoria ao nível de pavimentação de pistas, beneficiação de aerogares e apoio à transportadora aérea regional.

Para o sector da energia estão programadas acções conducentes à utilização racional de energia, à participação financeira em obras promovidas pela EDA, S. A., na ilha das Flores e à satisfação de compromissos assumidos anteriormente, no domínio da prestação por parte da empresa pública de serviço público e social.

Finalmente, no que se relaciona com a ciência e tecnologia, neste vector estão contempladas acções diri-

gidas ao INOVA, Universidade dos Açores e sector empresarial, compreendendo domínios que vão desde os sectores da agro-pecuária e pescas até aos da saúde e vulcanologia.

(Em milhares de contos)

Vector/programas	1998
Vector — Infra-Estruturas de Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social	
Programa n.º 12 — Sistema Rodoviário Regional ...	3 925,0
Programa n.º 13 — Equipamentos Públicos	585,0
Programa n.º 14 — Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos	2 488,0
Programa n.º 15 — Desenvolvimento dos Transportes Aéreos	1 047,5
Programa n.º 16 — Consolidação e Modernização do Sector Energético	268,0
Programa n.º 17 — Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica	630,2
<i>Total da dotação do vector</i>	8 943,7

12 — Sistema Rodoviário Regional — 3 925 000 contos.

12.1 — Construção de Novos Troços de Estrada — 2 240 000 contos.

Acção	Conteúdo
Env. R. Grande 1-1. ^a , 1.º trecho	Construção de uma variante à ER 1-1. ^a , com 3,125 km de extensão — continuação da execução do 1.º trecho. Pavimentação em betão betuminoso com duas vias de 3,5 m cada.
ER Ponta Delgada-Capelas, 1.º sublanço ...	Construção de uma via com início no nó 1 da variante à ER 1-1. ^a em Ponta Delgada, até ao entroncamento da EM 510 com a ER 4-1. ^a Pavimentação em betão betuminoso com duas vias de 3,5 m cada — início da execução da empreitada.
2. ^a Circular a Ponta Delgada	Construção de uma variante à ER 1-1. ^a entre o nó de São Gonçalo e o aeroporto, com uma extensão de 4,5 km, quatro vias e três nós de ligação — conclusão da empreitada.
Variante Ponta Delgada-Lagoa	Construção da 2. ^a fase da variante à ER 1-1. ^a , saída leste. Ligação da estrada da Ribeira Grande à Lagoa — elaboração de projecto e aquisição de terrenos.
Variante a Água de Pau	Construção de uma variante à ER 1-1. ^a em Água de Pau — elaboração do projecto.
Variante a Vila Franca	Construção de uma variante à ER 1-1. ^a em Vila Franca.
Ligação rodoviária Angra-Praia	Construção de uma via com início na Rotunda de Joaquim Alves e fim na ER 1-1. ^a , numa extensão de 3 km — execução da empreitada.
Consolidação dos taludes Manadas-Urzelina.	Consolidação dos taludes da ER entre Manadas e Urzelina — execução dos trabalhos.
Variante à ER 1-1. ^a , envolv. cidade da Horta.	Construção de uma variante à cidade da Horta, com uma extensão de 30 km — elaboração do projecto.
Correcção e pavimentação da ER 6-2. ^a Remédios-Lagoa.	Correcção e pavimentação da ER 6-2. ^a

12.2 — Reabilitação de Estradas Regionais — 1 610 000 contos.

Acção	Conteúdo
Construção de valetas e sinalização das ER em Santa Maria.	Sinalização de estradas regionais.
Correcção e pavimentação Tr. Portal do Vento e Sete Cidades.	Correcção e pavimentação entre o Portal do Vento e Sete Cidades, numa extensão de 5,355 km — início da empreitada.
Pavimentação da ER 1-1. ^a , Lajes-Santa Bárbara.	Pavimentação da ER 1-1. ^a entre Lajes e Santa Bárbara, numa extensão de 45 km — continuação da empreitada.
Rotunda do cruzamento Açor e ligação da ER 3-1. ^a à via Angra-Praia.	Construção da rotunda no cruzamento da via circular externa com a Avenida de Aníbal Bettencourt e ligação da ER 3-1. ^a à via Angra-Praia, numa extensão de 1 km — conclusão da empreitada.
Repavimentação de diversos troços da ER Graciosa.	Repavimentação da ER Graciosa.
Pavimentação da ER Velas-Norte-Calheta	Pavimentação de diversos troços na ER 1-2. ^a , numa extensão de 30,5 km — conclusão da empreitada.
Pavimentação da ER Faial, 1. ^a fase	Pavimentação de diversos troços na ER 1-1. ^a , numa extensão de 20,1 km — conclusão da empreitada.
Pavimentação de diversos troços da ER Pico, 1. ^a fase.	Pavimentação de diversos troços na ER 1-2. ^a , numa extensão de 21,3 km — conclusão da empreitada.
Conservação corrente	Conservação das estradas regionais do arquipélago — execução dos trabalhos.
Equipamento para parque de máquinas ...	Manutenção e renovação do parque de máquinas.
Repavimentação da Rua de Miguel Bombarda.	Conclusão dos trabalhos de reabilitação.
Repavimentação da Canada do Cardoso ...	Realização de trabalhos de repavimentação.

12.3 — Operadores e Segurança Rodoviária — 75 000 contos.

Acção	Conteúdo
Apoio aos operadores	Apoio à aquisição de autocarros. Apoio à exploração de urbanas. Apoio à construção de abrigos de passageiros e sinalização rodoviária. Implantação de taxímetros. Apoio à PRA. Aquisição de equipamentos informáticos e cursos de formação técnica.

13 — Equipamentos Públicos — 585 000 contos.

13.1 — Edifícios Públicos — 415 000 contos.

Acção	Conteúdo
Instalações para a SRHE	Conservação das instalações.
Sistema de detecção de incêndios no Palácio de Santana.	Montagem de sistema de detecção de incêndios e intrusos.
Conservação do edifício da Biblioteca Pública de Angra do Heroísmo.	Conservação das instalações.
Conservação de edifícios públicos	Conservação de diversos edifícios públicos.
Apoio a diversas entidades	Diversos apoios a entidades de interesse colectivo.
Participação da Região na EXPO 98	Construção do pavilhão da Região Autónoma dos Açores na EXPO 98.

13.2 — Cartografia — 75 000 contos.

Acção	Conteúdo
Cartografia	Aquisição de equipamentos e contratação de estudos.

13.3 — LREC — 95 000 contos.

Acção	Conteúdo
Novo edifício sede do LREC	Início da construção de novo edifício para instalação do LREC.
Equipamento para o LREC	Aquisição de material adequado às funções do Laboratório.

14 — Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos — 2 488 000 contos.

14.1 — Equipamentos de Apoio Portuários — 5000 contos.

Acção	Conteúdo
Investimento em maquinaria, equipamento e oficinas de apoio.	Equipamento informático e lancha de pilotos para o porto de Ponta Delgada. Investimento em maquinaria, equipamento e oficinas de apoio nos portos de Praia da Vitória e Horta.

14.2 — Tráfego de Passageiros Interilhas — 121 000 contos.

Acção	Conteúdo
Construção de gares marítimas	Construção e equipamento das gares marítimas das Velas e Calheta, em São Jorge, e da gare de São Roque do Pico.
Bonificação de juro ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 20/87/A, de 30 de Novembro, e apoio a embarcações rápidas de passageiros.	Apoio financeiro a projectos de renovação de frota, considerados de interesse regional, para assegurar o tráfego interilhas de pessoas e bens.
Reparação no <i>Cruzeiro das Ilhas</i> e no canal Gare de passageiros da Madalena	Manutenção da embarcação <i>Cruzeiro das Ilhas</i> . Conclusão das obras e apetrechamento da gare.

14.3 — Infra-Estruturas Portuárias — 2 352 000 contos.

Acção	Conteúdo
Reforço do molhe do porto de Vila do Porto Núcleo de pescas da Praia da Vitória	Reforço do molhe. Construção dos armazéns de aprestos e grossistas. Pavimentação da zona da rampa e do varadouro. Acesso ao porto.

Acção	Conteúdo
Remodelação do porto das Lajes das Flores	Instalação das redes eléctrica e de água.
Ampliação do porto da Casa, Corvo	Projecto e início da obra do prolongamento do porto da Casa em mais 18 m.
Porto da Horta	Reabilitação do parque de contentores, molhe-cais, cais sul, ampliação da rampa e ligação à praça.
Porto de São Roque	Pavimentos e redes eléctricas.
Porto das Velas	Execução das redes de água e electricidade — conclusão da empreitada.
Porto da Calheta	Remodelação do porto da Calheta.
Marina da Horta	Remodelação da marina da Horta — início das obras.

14.4 — Estudos — 10 000 contos.

Acção	Conteúdo
Estudo sobre o transporte marítimo	Estudos sobre as ligações marítimas interilhas.

15 — Desenvolvimento dos Transportes Aéreos — 1 047 500 contos.

15.1 — Infra-Estruturas e Equipamentos Aeroportuários — 226 500 contos.

Acção	Conteúdo
Terminal de carga da aerogare civil das Lajes.	Construção de um coberto para apoio às aeronaves e construção de um terminal de carga.
Aquisição de equipamento para a aerogare civil das Lajes e reabilitação do parque de estacionamento.	Reabilitação do parque de estacionamento da aerogare.
Remodelação e beneficiação da aerogare da Graciosa.	Remodelação da aerogare.
Remodelação e beneficiação da aerogare de São Jorge.	Remodelação da aerogare.
Remodelação e beneficiação da aerogare do Pico.	Remodelação da aerogare.
Remodelação e beneficiação da aerogare das Flores.	Remodelação da aerogare.
Repavimentação do aeródromo do Corvo	Realização de trabalhos de repavimentação da pista do aeródromo do Corvo — continuação da empreitada.
Remodelação e beneficiação do aeródromo das Flores.	Demolição e reconstrução do observatório do Aeroporto de Santa Cruz e reparação da iluminação eléctrica — continuação da empreitada em curso.
Aeródromo do Pico	Estudo e projecto da ANA, E. P., sobre o aeródromo do Pico.

15.2 — Gestão dos Aeródromos Regionais — 121 000 contos.

Acção	Conteúdo
Apoio à exploração dos aeródromos da Região Autónoma dos Açores.	Gerir a exploração dos aeródromos ao abrigo do contrato assinado entre a Região Autónoma dos Açores e a SATA-Air Açores, E. P.

15.3 — Equilíbrio Financeiro da Transportadora Aérea — 700 000 contos.

Acção	Conteúdo
Cobertura dos custos derivados das obrigações de serviço público impostas à SATA-Air Açores, E. P.	Assumir os custos sociais derivados do transporte aéreo de passageiros.

16 — Consolidação e Modernização do Sector Energético — 268 040 contos.

16.1 — Utilização Racional de Energia — 10 000 contos.

Acção	Conteúdo
Realização de estudos	Destaca-se a actualização dos balanços energéticos da Região.
Informação e divulgação	Campanhas de utilização racional de energia, eventual actualização do Plano Energético da Região Autónoma dos Açores (PERAA), realização de seminários, conferências, etc.

16.2 — Infra-Estruturas Eléctricas nas Flores — 100 000 contos.

Acção	Conteúdo
Sistema electroprodutor das Flores	Apoio à EDA, E. P., na realização dos investimentos necessários no sistema eléctrico da ilha das Flores, em resultado de integração do sistema electroprodutor da ilha naquela empresa.

16.3 — Serviço Público e Social — 158 040 contos.

Acção	Conteúdo
Apoios a electrificações	Prossecução das acções de apoio à realização de infra-estruturas eléctricas de usufruto público.
Regularização financeira de acções de iluminação pública das vias de comunicação terrestre.	Regularização de débitos derivados da iluminação pública de vias da rede regional de estradas.
Regularização financeira de acções de iluminação pública.	Regularização de débitos derivados de iluminação pública.

17 — Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica — 630 217 contos.

17.1 — Incremento dos Recursos para a Investigação, Ciências e Tecnologia — 630 217 contos.

Acção	Conteúdo
Apoio à inovação tecnológica do INOVA, UA e empresas.	Apoio à inovação tecnológica do INOVA, UA e empresas.
Investigação e desenvolvimento no sector agro-pecuário (UA, INOVA e laboratórios regionais).	Investigação e desenvolvimento no sector agro-pecuário (UA, INOVA e laboratórios regionais).
Investigação e desenvolvimento no sector das pescas (UA — DOP).	Investigação e desenvolvimento no sector das pescas (UA — DOP).
Investigação e desenvolvimento no sector da saúde.	Investigação e desenvolvimento no sector da saúde.
Investigação e desenvolvimento dos recursos naturais (UA, INOVA e laboratórios regionais).	Investigação e desenvolvimento dos recursos naturais (UA, INOVA e laboratórios regionais).
Investigação e desenvolvimento nas áreas da vulcanologia e sismologia (SRPCA e INM).	Investigação e desenvolvimento nas áreas da vulcanologia e sismologia (SRPCA e INM).
Formação e divulgação científica e tecnológica (UA, INOVA, empresas e laboratórios regionais).	Formação e divulgação científica e tecnológica (UA, INOVA, empresas e laboratórios regionais).
Apoio à instalação do DOP — UA	Instalações do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores.

Vector — Valorização dos Recursos Humanos e da Qualidade de Vida

Os programas relativos ao sector da educação envolvem meios destinados à construção/beneficiação de equipamentos escolares, estando dotadas 41 acções, relativas a tantas outras escolas dos diversos ciclos, assim como meios financeiros afectos à cooperação financeira com as autarquias para realização de obras de beneficiação em edifícios escolares do 1.º ciclo e para a realização por parte do Governo deste tipo de intervenções no ensino básico e secundário. A aquisição de equipamento e material didáctico para as escolas e a qualificação do pessoal docente e não docente está também prevista na programação para 1998.

No domínio da política para a juventude, serão promovidas acções relativas à ocupação dos tempos livres dos jovens, à mobilidade e turismo juvenil, associativismo, prevenção da toxicodependência, alcoolismo e tabagismo.

No âmbito do emprego e formação profissional, está assegurado o co-financiamento de acções de formação profissional aprovadas pelo PEDRAA II — FSE, estando

igualmente previstas várias intervenções dirigidas a segmentos específicos da população activa.

Na área da saúde, o Plano para 1998 compreende dotações financeiras para os hospitais da Região, destacando-se naturalmente o novo Hospital do Divino Espírito Santo, intervenções específicas em quatro centros de saúde, em unidades de saúde autónomas, em estruturas de apoio à psiquiatria e toxicodependência e para realização de pequenas obras de beneficiação de várias unidades de saúde. O programa relativo ao desenvolvimento do sistema de saúde engloba o apetrechamento das unidades de saúde, bem como a actualização dos profissionais do sector.

O programa designado «Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social» contém duas grandes linhas de actuação: a dotação de equipamentos de apoio para idosos e para a infância e juventude.

Para a protecção civil serão disponibilizados meios para a aquisição/reparação de viaturas para os corpos de bombeiros, construídas/remodeladas infra-estruturas e equipamentos e ainda promovidas acções de formação e formação, para além de dotação de meios para o Serviço Regional de Protecção Civil.

No sector do ambiente, o Plano anual estrutura-se em quatro grandes linhas de intervenção: gestão de recursos, valorização da qualidade ambiental, ordenamento do território e informação e formação.

Para o património e actividades culturais, este Plano anual apoiará a dinamização de diversas actividades culturais, promoverá a defesa e valorização do património arquitectónico e cultural, estando neste particular dotadas 50 intervenções específicas distribuídas por toda a Região, assim como a protecção e valorização de Angra do Heroísmo enquanto cidade património mundial.

A construção/beneficiação de instalações adequadas à prática desportiva, destacando-se a intervenção específica em cinco equipamentos desportivos, para além do apoio financeiro a obras diversas de recintos desportivos oficiais e não oficiais e a dinamização de actividades desportivas, incluindo o apoio a clubes, o apoio à alta competição, a prática desportiva de deficientes, entre outras, são as linhas de intervenção para o sector do desporto.

No domínio da habitação, está contemplado o apoio à construção e aquisição de habitação, à recuperação do parque habitacional e ao realojamento, com instrumentos específicos, destacando-se o apoio supletivo para jovens.

Para o sector da comunicação social estão previstas intervenções nos domínios do áudio-visual, difusão dos *media*, modernização das tecnologias de produção e formação dos profissionais do sector.

(Em milhares de contos)

Vector/programas	1998
Vector — Valorização dos Recursos Humanos e da Qualidade de Vida	
Programa n.º 18 — Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educativas	3 020,0
Programa n.º 19 — Desenvolvimento do Sistema Educativo	325,0
Programa n.º 20 — Juventude e Emprego	663,0
Programa n.º 21 — Desenvolvimento de Infra-Estruturas de Saúde	2 125,0
Programa n.º 22 — Desenvolvimento do Sistema de Saúde	345,0
Programa n.º 23 — Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social	440,0
Programa n.º 24 — Protecção Civil	638,8
Programa n.º 25 — Qualidade Ambiental	422,1
Programa n.º 26 — Património e Actividades Culturais	1 686,0
Programa n.º 27 — Desenvolvimento Desportivo	895,0
Programa n.º 28 — Habitação	2 710,0
Programa n.º 29 — Comunicação Social	134,6
<i>Total da dotação do vector</i>	13 404,5

18 — Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educativas — 3 020 000 contos.

18.1 — Construções Escolares — 3 020 000 contos.

Ação	Conteúdo
Construção da EB/JI de Lagoa	Início de construção de escola tipo P3 de 16 salas de aula.
Construção da EB/JI de Rabo de Peixe	Conclusão do processo de escolha e aquisição de terrenos, elaboração do projecto e início da empreitada de construção de escola tipo P3 de 16 salas de aula.
Construção da EB/JI da Ribeira Grande ...	Escolha e aquisição de terrenos e início do processo referente à elaboração do projecto.
Construção da EB/JI da Serra de Santiago	Escolha e aquisição de terrenos e elaboração do projecto de construção da escola tipo P3 de seis salas de aula.
Reformulação da rede escolar do Topo e Santo Antão.	Adaptação do edifício da Casa do Povo do Topo a edifício escolar, aquisição de terrenos contíguos àquele edifício e elaboração do projecto de construção da escola básica integrada.
Construção da EB/JI de Matriz	Aquisição de terrenos; elaboração do projecto e início da empreitada de construção de escola tipo P3 de seis salas de aula.
Ampliação/remodelação da EB/JI de São Vicente Ferreira.	Conclusão do processo relativo à elaboração do projecto de início da empreitada de grande reparação e ampliação das actuais instalações, com a construção de quatro salas de aula.
Manutenção/reparação de instalações dos ensinos básico e secundário.	Grande reparação/beneficiação e conservação de edifícios escolares dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário.
Ampliação da EB/JI de Fenais da Luz	Elaboração de projecto.
Ampliação da EB/JI de Flamengos	Conclusão do processo relativo à elaboração do projecto; início e conclusão da empreitada de ampliação das actuais instalações, com a construção de três novas salas de aula.
Construção da ESG/B de Lagoa	Aquisição de terrenos e início da empreitada de construção da ESG/B de Lagoa. O projecto prevê a construção de 25 AN, 21 salas específicas, sala de ginástica e pavilhão gimnodesportivo.
Construção da EB 2,3 dos Ginetes	Aquisição de terrenos; elaboração do projecto.
Construção da EB 2,3 da Maia	Aquisição de terrenos; elaboração do projecto.
Construção da EB 2,3+E. Artístico de Angra do Heroísmo.	Conclusão do processo de aquisição de terrenos; elaboração do projecto; pagamento de prémios ao 2.º e 3.º classificados no âmbito do CP para a elaboração do projecto.
Construção da EB 2,3+E. Artístico de Ponta Delgada.	Conclusão do processo de aquisição de terrenos; elaboração do projecto; pagamento de prémios ao 2.º e 3.º classificados no âmbito do CP para a elaboração do projecto.
Construção da ESG/B do Cardeal Costa Nunes.	Fecho financeiro da empreitada.
Construção da ESG/B das Lajes do Pico ...	Escolha e aquisição de terrenos.
Construção da ESG/B da Horta	Elaboração do projecto; pagamento de prémios ao 2.º e 3.º classificados no âmbito do CP para a elaboração do projecto.
Construção da EB1,2,3 de Mouzinho da Silveira.	Conclusão da empreitada, incluindo pagamento do projecto e aquisição de equipamentos. Cooperação financeira com a autarquia (contrato ARAAL). A área bruta de construção é de 1245 m ² . O projecto prevê sete AN e duas salas específicas.
Escurecimento, mobiliário/equipamento e cobertura da ESG/B de Vitorino Nemésio.	Conclusão do processo de aquisição de mobiliário e equipamento escolar; reparação da cobertura do edifício escolar e escurecimento das instalações.
Adaptação a escola secundária e grande reparação da EB 2,3/S de Bento Rodrigues.	Elaboração do projecto e início da empreitada de grande reparação das instalações escolares e criação dos espaços específicos necessários à leccionação do ensino secundário, incluindo aquisição de equipamento.
Aquisição, reparação, ampliação e adaptação a escola secundária da EB 2,3/S de Maria Isabel C. Medeiros.	Elaboração do projecto; início da empreitada de reparação das instalações escolares e criação dos espaços específicos necessários à leccionação do ensino secundário.

Acção	Conteúdo
Adaptação a escola secundária e grande reparação da EB 2,3/S de Santa Cruz da Graciosa.	Elaboração do projecto de grande reparação das instalações escolares e criação dos espaços específicos necessários à leccionação do ensino secundário.
Adaptação a escola secundária da EB 2,3/S do Padre Manuel A. Cunha.	Elaboração do projecto de reparação das instalações escolares e criação dos espaços específicos necessários à leccionação do ensino secundário.
Adaptação a escola secundária e ampliação/grande reparação da EB 2,3/S de Velas.	Elaboração do projecto; início da empreitada de ampliação e grande reparação das instalações escolares e criação dos espaços específicos necessários à leccionação do ensino secundário.
Adaptação a escola secundária da EB 2,3/S do Padre Maurício de Freitas.	Elaboração do projecto; início da empreitada de reparação das instalações escolares e criação dos espaços específicos necessários à leccionação do ensino secundário.
Ampliação e grande reparação da EB 2,3 de Vila Franca do Campo.	Elaboração do projecto; início da empreitada de ampliação e grande reparação das instalações escolares.
Ampliação da ESG/B de Ribeira Grande ...	Fecho financeiro da empreitada.
Grande reparação e ampliação da EB 2,3 de F. Ornelas da Câmara.	Elaboração do projecto; início da empreitada de ampliação e grande reparação das instalações escolares.
Ampliação da EB 2,3/S de São Roque do Pico.	Conclusão da empreitada, incluindo a aquisição de equipamentos. Construção de oito salas específicas, biblioteca, refeitório, anfiteatro e sala de convívio. A área de construção é de 1602 m ² .
Grande reparação da ESG/B de Domingos Rebelo.	Grande reparação das instalações escolares.
Reparação da EB 2,3 de Capelas	Reparação das instalações escolares.
Reparação da EB 2,3 de Arrifes	Reparação das instalações escolares.
Reparação da EB 2,3 de Canto da Maia ...	Reparação das instalações escolares.
Reparação da EB 2,3 de Rui Galvão de Carvalho.	Reparação das instalações escolares.
Reparação da EB 2,3 de Angra do Heroísmo.	Reparação das instalações escolares.
Reparação da EB 2,3 de Biscoitos	Reparação das instalações escolares.
Grande reparação da ESG/B do Dr. Manuel de Arriaga.	Fecho financeiro da empreitada.
Escola de Ensino Especial de Angra do Heroísmo.	Início do processo conducente à construção da Escola de Ensino Especial de Angra do Heroísmo — Quinta de São Luís.
Escola de Ensino Especial da Horta (Palacete de Santana).	Início do processo de adaptação do Palácio de Santana, Horta, a escola de ensino especial.
Cooperação financeira com as autarquias ...	Grande reparação, beneficiação/adequação funcional e ampliação de edifícios escolares do 1.º ciclo — cooperação financeira com as autarquias.
Melhoria das instalações dos ensinos básico e secundário.	Reparação, beneficiação e conservação de edifícios escolares dos ensinos básico e secundário.
Reestruturação das instalações da ESG/B do Padre Jerónimo E. de Andrade.	Reestruturação das instalações escolares.

19 — Desenvolvimento do Sistema Educativo — 325 000 contos.

19.1 — Equipamentos Escolares — 265 000 contos.

Acção	Conteúdo
Aquisição de equipamentos para a educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico.	Aquisição de material de cultura, material de informática e maquinaria e equipamentos.
Aquisição de equipamentos para os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário.	Aquisição de material de cultura, material de informática e maquinaria e equipamentos.
Aquisição de equipamentos para o ensino especial, artístico e CATE.	Aquisição de material de cultura, material de informática e maquinaria e equipamentos.

19.2 — Formação — 60 000 contos.

Acção	Conteúdo
Formação para o ensino	Qualificar pessoal docente e não docente e apoio à formação técnico-profissional.

20 — Juventude e Emprego — 663 000 contos.

20.1 — Juventude — 142 000 contos.

Acção	Conteúdo
Actividades em tempos livres de jovens ...	Fomento de actividades ocupacionais de tempos livres de jovens, segundo projectos com impacto social caracterizado em instituições sem fins lucrativos, que visem a aprendizagem de comportamentos sociáveis, de organização e partilha de espaço laboral.
Mobilidade e turismo juvenil	Apoio a viagens estruturadas que visem a observação de outras vivências e culturas, assim como o desenvolvimento de uma vivência comum no interior dos Açores, de Portugal e da União Europeia.

Acção	Conteúdo
Prevenção de toxicodependências	Apoio a acções de prevenção das toxicodependências (alcoholismo, tabagismo e drogas). Criação de uma rede associativa de observação das toxicodependências, apoio na informação e apoio a acções de inserção (formação/criação de emprego).
Construção da Pousada da Juventude do Faial.	Conclusão e regularização da fase de elaboração de projectos.
PIAJ — Programa de Incentivo ao Associativismo Juvenil.	Apoio a planos de desenvolvimento para as áreas de infra-estruturas, equipamentos, recursos humanos, relações internacionais, funcionamento, publicações, formação, documentação, informação ou assessoria jurídica.
Centros de informação juvenil	Desenvolvimento da implementação dos centros de informação juvenil.
Programa INICIATIVA	Implementação e divulgação do Programa INICIATIVA. Fomento de acções individuais e dos primeiros planos dos grupos informais de jovens.
Pousadas da juventude	Pequenas obras de reparação e equipamento anexos das pousadas da juventude de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, assim como da Albergaria da Lenda das Sete Cidades.
Deslocação de jovens à EXPO 98	Apoio à deslocação de jovens à EXPO 98.

20.2 — Emprego e Formação Profissional — 521 000 contos.

Acção	Conteúdo
Formação e emprego para repatriados . . .	Apoio a entidades não lucrativas no desenvolvimento de acções de formação para repatriados.
Formação profissional	Componente regional dos cursos co-financiados pelo FSE.
Instalações e adequação tecnológica dos serviços.	Escola Profissional das Capelas.
Formação e ensino profissional inicial . . .	Apoio a acções de formação profissional inicial enquadradas por organizações públicas ou privadas, tais como escolas profissionais, assim como outras entidades com formação acreditada para tal.
PROFIJ — Programa Formativo de Inserção de Jovens.	Programa de formação inicial de jovens, com particular incidência nos níveis I e II (6.º e 9.º anos), a desenvolver em parceria com estabelecimentos de ensino ou formação públicos ou privados, no sistema de formação em alternância.
REACTIVAR — Formação para Activos . . .	Implantação de um dispositivo regional de formação profissional para activos em situação de reconversão profissional interna ou externa (ou em risco de rec. prof.), devido a reestruturações ou mutações das qualificações profissionais da empresa.
PESCAR — Formação de Pescadores em Inactividade.	Implementação de um plano de formação de pescadores activos em época de inactividade.
SAZONAL — Programa Ocupacional Social de Adultos.	Programa ocupacional e de formação de agricultores em situação temporária de inactividade.
PROSA — Programa Ocupacional Social de Adultos.	Programa de fomento do mercado social do emprego.
INTEGRA — Programa de Integração de Desempregados.	Programa de fomento de criação efectiva de postos de trabalho em empresas privadas.
Inserção de portadores de deficiência	Apoio na criação de empresas de e para deficientes.
Fomento do mercado social do emprego . . .	Programa a desenvolver pelo IAS, com o objectivo de fomentar o mercado social de emprego. Elaboração e arranque do programa.

21 — Desenvolvimento de Infra-Estruturas de Saúde — 2 125 000 contos.

21.1 — Construção de Novas Unidades — 1 665 000 contos.

Acção	Conteúdo
Hospital do Divino Espírito Santo	Promoção dos concursos para apetrechamento da unidade hospitalar, nomeadamente para os serviços de imagiologia e neonatologia, rede de informática, serviço de urgência, ambulatório, internamento, etc.
Centro de Saúde da Praia da Vitória	Conclusão do concurso público e início da construção.
Unidade de Saúde de Lagoa	Concurso público e início da construção.
Unidades de saúde autónomas	Execução de unidades de saúde incluídas em polivalentes de serviços para prestação de cuidados de saúde ao nível das freguesias.
Centro de Saúde de Ponta Delgada	Realização do estudo e projectos com o objectivo de melhorar a rede de serviços de saúde no concelho de Ponta Delgada.

21.2 — Remodelação/Ampliação de Unidades de Saúde Existentes — 460 000 contos.

Acção	Conteúdo
Remodelação e ampliação do Hospital de Angra do Heroísmo.	Execução da obra de ligação entre os blocos A e C, bem como a ampliação de dois blocos para gabinetes e instalações sanitárias.
Hospital da Horta	Início da construção de um bloco para instalação dos serviços, hemodiálise, cuidados intermédios e hemato-oncologia.

Acção	Conteúdo
Centro de Saúde de Povoação	Elaboração do concurso público e início da construção.
Estruturas de apoio à psiquiatria e toxicodependência.	Apoio às casas de saúde, nomeadamente São Rafael, Espírito Santo e São Miguel.
Beneficiação e ampliação de várias unidades de saúde.	Beneficiação em centros de saúde, nomeadamente Madalena do Pico, Santa Cruz das Flores, etc.

22 — Desenvolvimento do Sistema de Saúde — 345 000 contos.

22.1 — Apetrechamento/Modernização — 295 000 contos.

Acção	Conteúdo
Apetrechamento do Hospital de Angra do Heroísmo.	Modernização e aquisição de equipamento médico para o Hospital.
Apetrechamento do Hospital da Horta . . .	Modernização e aquisição de equipamento para o Hospital.
Aquisição de equipamento para unidades de saúde.	Modernização de equipamento, tendo em vista novas tecnologias, com o objectivo de que todas as unidades de saúde possuam os meios de diagnóstico mais adequados.
Viaturas do Serviço Regional de Saúde . . .	Substituição do parque automóvel afecto ao Serviço Regional de Saúde, devido ao constante desgaste ao serviço de profissionais e utentes.
Telemedicina, renovação de equipamento e software.	Aquisição de <i>hardware</i> e parte de <i>software</i> para a implementação da rede.
Emergência médica	Início da implementação do número de socorro, 112, conforme decisão da Comunidade Europeia, em colaboração com outros sectores, com a criação de uma rede estruturada de comunicações.

22.2 — Actualização Profissional — 50 000 contos.

Acção	Conteúdo
Actualização de profissionais de saúde . . .	Investir na formação profissional contínua, criando condições atractivas à fixação nas ilhas onde se verifique maior carência. Desenvolvimento de um programa de formação profissional para o pessoal de saúde. Apoio para bolseiros na área do diagnóstico e terapêutica e enfermagem. Apoio financeiro, nomeadamente para encontros, congressos, jornadas, etc., na vertente da saúde.

23 — Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social — 440 000 contos.

23.1 — Equipamentos de Apoio a Idosos — 280 000 contos.

Acção	Conteúdo
Construção do lar de idosos da Santa Casa da Misericórdia de Nordeste.	Apoio financeiro para a construção de um lar de idosos. Continuação da obra de construção.
Construção do centro de cuidados geriátricos da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo.	Apoio financeiro para a construção de um centro de cuidados geriátricos. Início da obra.
Reconstrução do edifício do Recolhimento de São Gonçalo.	Apoio financeiro para a reconstrução e adaptação do edifício para o apoio a idosos. Conclusão do projecto.
Recuperação do edifício para apoio domiciliário da Santa Casa da Misericórdia dos Altares.	Apoio financeiro para a recuperação de imóvel e adaptação a um serviço de apoio domiciliário. Conclusão da 2.ª fase da obra.
Remodelação e adaptação do edifício a centro comunitário da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto.	Apoio financeiro para a adaptação de edifício a centro de apoio à comunidade na área de idosos, jovens e deficientes. Conclusão do projecto.
Remodelação e ampliação do Lar de Idosos de Augusto César Ferreira Cabido.	Apoio financeiro para a remodelação e adaptação do edifício do Lar de Idosos. Conclusão da obra.
Remodelação e adaptação de edifício a centro comunitário da Santa Casa da Misericórdia de São Roque do Pico.	Apoio financeiro para a adaptação de edifício a centro de apoio à comunidade na área de idosos, jovens e deficientes. Conclusão do projecto.
Criação, melhoramentos e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio aos idosos.	Apoio financeiro à criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio aos idosos.
Recuperação do edifício da Santa Casa da Misericórdia da Calheta.	Apoio financeiro para recuperação e adaptação de edifício para instalação de serviço de apoio domiciliário. Conclusão do projecto.
Remodelação do edifício do lar de idosos da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo.	Apoio financeiro para remodelação e adaptação do edifício do lar de idosos. Conclusão do projecto.

Acção	Conteúdo
Construção do centro de cuidados geriátricos da Santa Casa da Misericórdia da Horta.	Apoio financeiro para a construção de um centro de cuidados geriátricos. Início da obra.
Remodelação do lar de idosos da Santa Casa da Misericórdia da Madalena.	Apoio financeiro para a ampliação do lar de idosos. Início da obra.

23.2 — Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude — 160 000 contos.

Acção	Conteúdo
Construção da creche e jardim-de-infância do Centro de Bem-Estar Social de São José.	Apoio financeiro para a construção de uma creche e jardim-de-infância. Conclusão do processo de concurso e início da obra.
Construção de creche e jardim-de-infância da Associação de São João de Deus.	Apoio financeiro para a criação de uma nova estrutura para a creche e jardim-de-infância. Conclusão da obra.
Construção de creche e jardim-de-infância da Casa do Povo de Porto Judeu.	Apoio financeiro para a criação de uma nova estrutura para creche e jardim-de-infância. Conclusão do projecto e início da obra.
Construção de lar de jovens na Candelária	Apoio financeiro para a construção de um lar de jovens. Conclusão do projecto e início da obra.
Remodelação e adaptação do edifício do lar feminino do Centro de Bem-Estar Social de Jacinto Ferreira Cabido.	Apoio financeiro para adaptação de um edifício a creche, jardim e lar familiar de jovens. Conclusão da obra.
Remodelação do edifício da Casa de Infância de Santo António (lar feminino e jardim-de-infância).	Apoio financeiro para a remodelação de edifício, adaptando-o a lar e jardim-de-infância. Início da 1ª fase da obra — remodelação do edifício para o jardim-de-infância.
Criação do centro de ocupação de deficientes da Associação de Pais e Amigos das Crianças Deficientes do Arquipélago dos Açores.	Apoio financeiro para adaptação de uma estrutura para instalação de um centro ocupacional e lar de apoio a deficientes. Conclusão do projecto e início da obra.
Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude.	Apoio financeiro à criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude.
Construção da creche e jardim-de-infância do Patronato de São Miguel.	Apoio financeiro para a criação de uma nova estrutura para creche e jardim-de-infância. Início do projecto.
Criação de uma creche no Livramento . . .	Apoio financeiro a uma instituição para a criação de uma creche na freguesia do Livramento. Início da obra de adaptação de um edifício.

24 — Protecção Civil — 638 750 contos.

24.1 — Aquisição/Reparação de Viaturas para os CB — 111 250 contos.

Acção	Conteúdo
Prontos-socorros ligeiros	Aquisição de prontos-socorros ligeiros.
Auto-tanque para prevenção no aeródromo do Corvo.	Aquisição de auto-tanque para o aeródromo do Corvo.
Auto-comandos	Aquisição de diversos auto-comandos.
Ambulâncias de socorro	Aquisição de diversas ambulâncias de socorro.
Reparação de viaturas dos CB	Diversas reparações de viaturas.
Aquisição de equipamento, fardamento e mobiliário para a AHBV	Aquisição de equipamento diverso, fardamento e mobiliário.

24.2 — Construção/Remodelação de Infra-Estruturas e Equipamentos dos CB — 400 500 contos.

Acção	Conteúdo
Construção do quartel de Ponta Delgada . .	Continuação dos trabalhos de construção.
Ampliação do quartel da AHBV da Madalena.	Construções da parte social do quartel e ampliação de garagens.
Construção de anexos	Construção de anexos para arrecadação de material, reparação e beneficiação de viaturas nos quartéis da ilha Terceira.
Beneficiação e reparação de quartéis das AHBV.	Continuação dos trabalhos de reparação/beneficiação em quartéis de BV da Região.
Escola de formação de BV/PC	Construção de uma escola de formação do SRPCA e bombeiros voluntários e campo de manobras — início físico dos trabalhos.

24.3 — Formação e Informação — 40 000 contos.

Acção	Conteúdo
Apoios a diversas entidades Sistema de informação geográfica	Subsídios e apoios a diversas entidades e instituições que concorrem para a protecção civil. Promover a organização de informação digitalizada num sistema de informação geográfica, com vista à criação de instrumentos de apoio à actuação do SRPCA em situações de catástrofe. Levantamento topográfico.
Formação profissional ao nível da protecção civil.	Organização e execução de acções de formação, cursos, estágios e seminários nas áreas de protecção civil. Participação em cursos, seminários e exercícios nacionais e internacionais na área da protecção civil.
Informação, formação e sensibilização da população.	Organização e execução de acções de formação, cursos, estágios e seminários nas áreas de protecção civil. Participação em cursos, seminários e exercícios nacionais e internacionais na área da protecção civil.
Formação profissional de bombeiros	Acções de formação, cursos, seminários, estágios, reuniões e aquisição de bibliografia.

24.4 — Serviço Regional de Protecção Civil — 87 000 contos.

Acção	Conteúdo
Meios e recursos do SRPCA	Aquisição de equipamento de emergência e uma viatura de comunicações todo o terreno para resposta à catástrofe. Aquisição de equipamento informático e licenciamento de <i>software</i> . Aquisição de equipamento para implementação do sistema de informação geográfica.
Telecomunicações de emergência do SRPCA/IRBA.	Aquisição e implementação de uma rede integrada de radiocomunicações servindo o sistema de protecção civil dos Açores.

25 — Qualidade Ambiental — 422 100 contos.

25.1 — Gestão de Recursos — 174 100 contos.

Acção	Conteúdo
Avaliação de recurso	Análise das águas das lagoas. Aquisição e reparação de equipamentos. Construção e reparação de infra-estruturas de apoio à rede hidrométrica em diferentes ilhas.
Ordenamento de bacias hidrográficas	Ordenamento da bacia das Furnas e Sete Cidades. Estudos prévios de ordenamento das bacias da lagoa do Capitão, Povoação e Ribeira Grande.
Protecção dos recursos hídricos	Controlo de eutrofização de lagoas. Vigilância.
Desobstrução e limpeza de ribeiras	Limpeza e desassoreamento de leitos em todas as ilhas e obras de reforço e correcção de margens.

25.2 — Valorização da Qualidade Ambiental — 119 000 contos.

Acção	Conteúdo
Conservação da natureza	Jardim Botânico do Faial. Trabalhos de limpeza e manutenção de trilhos.
Controlo de qualidade do ambiente	Análise de águas balneares. O mar — relatórios da qualidade da água da Região V do Atlântico. Projecto de cooperação das RUP — resíduos de embalagem. Programa Bandeira Azul da Europa. PERSUA. Relatório da qualidade das águas de consumo. Projecto piloto de compostagem.
Gestão de áreas protegidas	Repovoamento vegetal do ilhéu da praia da Graciosa. Sinalização de áreas. Vigilância. Intervenções de áreas protegidas/controlo de infestantes — reabilitação de infra-estruturas de apoio às AP.

25.3 — Ordenamento do Território — 99 000 contos.

Acção	Conteúdo
Protecção da orla costeira das Lajes do Pico Ordenamento e urbanismo	Ordenamento de troços da orla marítima do concelho das Lajes do Pico. Aprovação e divulgação do PROTA. Apoio à elaboração dos planos especiais de ordenamento. Congresso Internacional de Planeamento e Urbanismo.

25.4 — Informação e Formação — 30 000 contos.

Acção	Conteúdo
Informação e promoção ambiental	Edição de seis boletins informativos e de outros materiais de informação e sensibilização. Apoio ao Centro de Interpretação do Pico. Formação a docentes na área do ambiente. Formação de guardas e vigilantes.

26 — Património e Actividades Culturais — 1 686 000 contos.

26.1 — Dinamização de Actividades Culturais — 340 000 contos.

Ação	Conteúdo
Aquisição de equipamentos para actividades culturais.	Apoio destinado à aquisição e financiamento de diversos equipamentos necessários às actividades dos grupos culturais.
Aquisição de fardamento e trajes	Apoio financeiro destinado à comparticipação de fardamento e trajes para grupos culturais.
Festas concelhias, festivais e congressos . . .	Apoio financeiro destinado a participar as festas concelhias, festivais e congressos.
Formação de grupos e agentes culturais . . .	Realização de acções de formação para grupos e agentes culturais e apoio financeiro destinado às escolas de música das associações culturais da Região.
Grupos de teatro	Apoio financeiro destinado a encenações.
Institutos culturais e academias	Apoio financeiro aos institutos culturais e academias para fazer face às despesas com as respectivas actividades.
Intercâmbios culturais	Financiamento das deslocações de grupos interilhas, ao continente e estrangeiro.
Publicações de relevante interesse cultural	Execução ou financiamento de edições de relevante interesse cultural para a Região
Rede de leitura pública	Comparticipação nos projectos integrados na rede de leitura pública propostos pelas autarquias locais através do financiamento da aquisição do equipamento e de fundos bibliográficos.
Actividades culturais dos Açores na EXPO 98	Contratação dos artistas e montagem dos espectáculos a realizar na EXPO 98 e financiamento das edições para venda no pavilhão dos Açores.
Aquisição, recuperação e conservação de instalações para ONG culturais.	Apoio à recuperação e conservação de instalações para actividades culturais de entidades que prestem relevantes serviços na área da cultura.
Bolsas para formação artística	Concessão de bolsas a artistas da Região.
Prémios para criação artística	Criação de prémios para as diferentes áreas artísticas.
Inventariação, tratamento e publicação dos arquivos da Região.	Financiamento de projectos nesta área.

26.2 — Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural — 1 286 000 contos.

Ação	Conteúdo
Colégio dos Jesuítas	Conclusão da obra de adaptação do Colégio dos Jesuítas a BPAPDL, incluindo a consolidação e restauro da igreja do Colégio e respectivos equipamentos, talhas e azulejos.
Convento de São Francisco — Museu de Angra.	Conclusão da obra de adaptação do Convento a Museu, incluindo o respectivo equipamento.
Museu do Vinho — Museu do Pico	Conclusão da obra de restauro e adaptação da antiga Adega dos Frades a Museu do Vinho, incluindo o respectivo equipamento e montagem, com possível abertura no final do ano e lançamento do concurso para construção do novo corpo projectado.
Convento de São Pedro de Alcântara, São Roque.	Projecto e execução da obra de restauro da igreja e adaptação do Convento de São Pedro de Alcântara para instalação de um centro residencial para artistas e equipamentos culturais.
Casa de Walter Bensaúde — BPA Horta	Aberto o concurso público para adjudicação da empreitada no último trimestre de 1997. Prevê-se em 1998, no início do 2.º trimestre, a consignação da obra e arranque dos trabalhos de adaptação e ampliação da Casa de Walter Bensaúde.
Restauro de órgãos	Continuação do apoio ao restauro dos órgãos históricos dos Açores, incluindo as respectivas revisões periódicas.
Inventário do património artístico e cultural	Início dos trabalhos de levantamento, inventariação, informatização e divulgação do património arquitectónico linguístico e do cancionário açoriano, resultantes de três contratos de cooperação com entidades culturais regionais e nacionais.
Restauro de talhas e outros elementos artísticos das igrejas da Região.	Apoios a conceder à conservação e restauro do património artístico das igrejas da Região (talhas, pinturas, azulejos e outros).
Restauro de fortes	Apoios à consolidação e restauro dos fortes da Região.
Recolhimento de Santa Bárbara — Museu de Carlos Machado.	Lançamento do concurso para adjudicação da empreitada, consignação da obra e arranque dos trabalhos de restauro e adaptação do Recolhimento a extensão cultural do Museu de Carlos Machado.
Igreja e Convento do Carmo, Horta	Obras de consolidação e restauro da Igreja do Carmo, Horta.
Recuperação e consolidação de moinhos de água e de vento.	Apoio à recuperação e consolidação dos moinhos da Região.
Consolidação e restauro de elementos arquitectónicos de valor patrimonial.	Apoio à conservação e restauro de elementos patrimoniais de importância histórica e cultural (elementos decorativos de madeira, cantaria, pintura, azulejos ou outros).
Conservação de imóveis classificados em núcleos protegidos.	Apoios a conceder à consolidação, restauro e conservação de imóveis classificados e correcção de dissonâncias arquitectónicas em edifícios classificados pela 29/91/A, 73/88/A, 17/93/A.
Igreja de Santa Luzia — AH	Continuação do financiamento da obra da nova Igreja de Santa Luzia. 75 % do orçamento (v. resolução da Assembleia Legislativa Regional).
Museu de São Jorge	Conclusão das obras de ampliação do Museu de São Jorge e respectivo equipamento (casa anexa) e conservação das actuais instalações.
Casa dos Botes — Museu do Pico	Execução das obras de conservação do imóvel e sua integração no Museu do Pico.
Barracão das Canoas — Museu da Graciosa	Aquisição do imóvel e obras de recuperação.
Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo — novas instalações.	Dada a exiguidade das actuais instalações, que se agrava com a recepção do depósito legal, é urgente construir um espaço próprio para a biblioteca e o arquivo, equipado com as necessárias condições de segurança.
Casa de Ferreira Drumond, São Sebastião	Transferência da segunda parte da verba prevista para apoio da obra de recuperação, adaptação e ampliação do imóvel para instalação da biblioteca local e recuperação da capela anexa, obra da responsabilidade da Misericórdia local.
Museu de Angra	Início da recuperação da zona da antiga fábrica de tabaco e adaptação a oficinas do Museu de Angra e arranjos exteriores.
Igreja Matriz de Santa Cruz da Graciosa	Comparticipação no financiamento das obras de consolidação e restauro.
Museu das Flores — imóvel para reservas	Adaptação do imóvel adquirido para albergar as reservas do Museu das Flores.

Acção	Conteúdo
Investigação arqueológica subaquática Museus, bibliotecas, arquivos e CECRA . . .	Estudo do património subaquático dos Açores. Instalações eléctricas e sistemas de segurança contra intrusão e incêndio. Conservação e ou pequenas adaptações dos respectivos imóveis às necessidades funcionais.
Casa junto à Igreja da Conceição, Angra do Heroísmo — instalações da IRT. Planos de salvaguarda	Lançamento do concurso para adjudicação da empreitada de recuperação e adaptação para instalação de serviços da IRT e início das obras. Apoio à elaboração e divulgação de planos de salvaguarda.
Sinagoga de Ponta Delgada	Transferência para a associação judaica encarregue da obra da parte final do apoio previsto.
Museu da Horta — edifício do antigo Colégio dos Jesuítas.	Lançamento do concurso para elaboração do projecto de adaptação do Colégio dos Jesuítas a Museu da Horta, sua execução e eventual preparação, no final do ano, do concurso para adjudicação da empreitada.
Sede do Museu de Santa Maria	Elaboração do projecto de adaptação de um edifício no centro histórico de Vila do Porto, cedido pela autarquia, para instalação da sede do Museu de Santa Maria.
Igreja do Santo Espírito	Transferência da primeira parte do apoio previsto para a respectiva comissão fabriqueira.
Casa de Armando Cortes Rodrigues	Elaboração do projecto de consolidação e adaptação da Casa de Armando Cortes Rodrigues para instalar o espólio do poeta.
Igreja das Concepcionistas	Transferência para a Misericórdia de Angra do Heroísmo da primeira parte do apoio previsto para a obra de recuperação e restauro da Igreja das Concepcionistas.
Igreja do Livramento	Transferência para a respectiva comissão fabriqueira da primeira parte do apoio previsto para as obras de consolidação e restauro da igreja.
Museu da Graciosa	Aquisição do terreno e elaboração do projecto de ampliação do Museu.
Museu do Pico — Museu da Indústria Baleeira, São Roque (conclusão da montagem).	Conclusão da montagem do Museu da Indústria Baleeira, em São Roque do Pico.
Património baleeiro	Recuperação e conservação do património baleeiro.
Igreja Matriz de Santa Cruz das Flores	Comparticipação no financiamento das obras de consolidação e restauro.
Palacete dos Silveiras — instalações da DRAC.	Recuperação e adaptação do imóvel a instalações da Direcção Regional da Cultura.
Carreira dos Cavalos — instalações da DRE	Obras de recuperação e de reformulação da rede eléctrica e de informática para instalação dos serviços da Direcção Regional da Educação.
Igreja de São José, Ponta Delgada	Comparticipação no financiamento das obras de consolidação e restauro.
Casa de Natália Correia	Apoio à recuperação da casa da escritora.
Capela do Senhor dos Passos	Início do apoio a pequenas obras de restauro da responsabilidade da respectiva comissão fabriqueira.
Matriz das Velas	Início do apoio a pequenas obras de restauro da responsabilidade da respectiva comissão fabriqueira.
Casa do Maestro Francisco Lacerda, Fregueira.	Apoio à reconstrução.
Museu de Arte Sacra, Horta	Instalações do Museu de Arte Sacra.
Conservação e Restauro dos Impérios do Espírito Santo.	Apoio à conservação e restauro dos Impérios.
Museu do Corvo	Elaboração do projecto e obras de recuperação e adaptação do imóvel a espaço museológico.
Palácio de Santana, Conceição e Capitães Generais.	Realização de obras de conservação.

26.3 — Protecção e Valorização de Angra Património Mundial — 60 000 contos.

Acção	Conteúdo
Reconstrução e conservação de imóveis particulares.	Visa garantir o financiamento da concessão de apoios para a reconstrução, restauro e conservação de imóveis nos termos da legislação. Visa também garantir o financiamento da recuperação de imóveis pertencentes à Região.
Restauro de elementos de interesse histórico ou arquitectónico.	Visa garantir o financiamento da concessão de apoios para conservação ou restauro de elementos de interesse histórico ou arquitectónico nos termos da legislação e trabalhos semelhantes mediante contratos-programa ou protocolos de cooperação.
Correcção de anomalias arquitectónicas . . .	Visa garantir o financiamento da concessão de apoios para correcção de anomalias arquitectónicas nos termos da legislação em vigor.
Estudos sobre Angra do Heroísmo Património Mundial.	Só ou em colaboração com terceiros, apoiar ou efectuar estudos ou trabalhos de pesquisa arqueológica, documental ou científica a estágios. Editar trabalhos ou documentos relativos a Angra Património Mundial, sua história, contexto e envolvente.
Acções de animação recreativa e educativa, turístico-cultural e de divulgação.	Apoiar, de acordo com o disposto nos artigos 1.º e 2.º, alíneas e), f), g) e h), do Decreto Regulamentar Regional n.º 26/87/A, acções de animação recreativa, educativa, turístico-cultural e de divulgação do bem classificado.

27 — Desenvolvimento Desportivo — 895 000 contos.

27.1 — Instalações Desportivas — 680 000 contos.

Acção	Conteúdo
Parque desportivo de Ponta Delgada	Execução da electrificação do Estádio de São Miguel.
Parque desportivo da ilha Terceira	Continuação da empreitada de construção do pavilhão de judo e sala de musculação.

Acção	Conteúdo
Parque desportivo da Ribeira Grande	Continuação da empreitada de construção de pavilhão desportivo, sala de ginástica, sala de judo, campo de futebol e pista de atletismo e polidesportivos descobertos.
Parque desportivo do Faial	Início da execução da empreitada de construção de campo de futebol relvado e pista de atletismo de material sintético, pavilhão desportivo, sala de ginástica, sala de judo, piscina e polidesportivos descobertos.
Beneficiação do pavilhão desportivo da Horta.	Continuação dos melhoramentos relativos ao tratamento do ar interior do pavilhão, criação de tribuna para a comunicação social e reparações e pinturas diversas.
Beneficiação de instalações desportivas oficiais.	Execução de melhoramentos em recintos desportivos de estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo do ensino básico e outras instalações desportivas dependentes da DREFD.
Apoio à construção e beneficiação de recintos desportivo não oficiais.	Comparticipação no financiamento de obras respeitantes a instalações desportivas de clubes desportivos e de outros organismos.
Apetrechamento de instalações desportivas das escolas.	Aquisição de material de educação física e de desporto.
Estruturas de aprendizagem de natação . . .	Elaboração do projecto piloto de tanques de aprendizagem de natação.

27.2 — Actividades Desportivas — 215 000 contos.

Acção	Conteúdo
Apoio às actividades desportivas escolares	Realização de actividades de complemento curricular.
Apoio ao acesso de atletas à alta competição.	Apoio aos atletas abrangidos pelo estatuto de alta competição e jovens talentos regionais.
Formação na área desportiva	Contribuir para a melhoria da qualidade de intervenção dos diversos agentes desportivos.
Apoio a clubes desportivos escolares	Realização de actividades de complemento curricular.
Apoio ao desporto para deficientes	Criação de projectos que visem o desenvolvimento da actividade desportiva dos deficientes.
Apoio excepcional a clubes desportivos da Região.	Garantir a cobertura financeira da percentagem do valor dos juros assumidos pela Região respeitantes ao sistema de apoio excepcional a conceder a clubes desportivos.
Apoio a clubes por classificações obtidas em provas nacionais.	Garantir a atribuição de um apoio suplementar aos clubes que obtenham classificações de mérito em provas nacionais, em conformidade com o Decreto Legislativo Regional n.º 22/94/A, de 26 de Julho.
Apoio a clubes desportivos pela utilização de atletas formados na Região.	Atribuição de apoio suplementar aos clubes participantes nos campeonatos nacionais de regularidade anual nos desportos colectivos que privilegiem a utilização de atletas formados na Região, em conformidade com o Decreto Legislativo Regional n.º 22/94/A, de 26 de Julho.

28 — Habitação — 2 710 000 contos.

28.1 — Construção e Aquisição de Habitação Própria — 2 060 000 contos.

Acção	Conteúdo
Decreto-Lei n.º 328-B/86, 30 de Setembro	Apoios à construção e aquisição de habitação.
Apoio à construção e aquisição de habitação SAFIN	Comparticipação na construção e aquisição de habitação.
Apoio supletivo a jovens	Bonificação de juros para aquisição, construção e ampliação de habitação.
	Apoio supletivo previsto no artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 7/95/A, de 19 de Abril, e no artigo 31.º do Decreto Legislativo Regional n.º 14/95/A, de 22 de Agosto.

28.2 — Recuperação da Habitação e Realojamentos — 650 000 contos.

Acção	Conteúdo
Apoio à recuperação de habitação	Recuperação do parque habitacional e realojamentos. Realojamento de famílias que habitam em habitações degradadas que não são propriedade própria.
Realojamentos	Acordos celebrados entre a RAA/INH/IGAPHE/municípios de Ponta Delgada/Lagoa/Ribeira Grande/Vila Franca do Campo/Praia da Vitória, bem como realojamentos previstos nos artigos 28.º e seguintes do Decreto Legislativo Regional n.º 14/95/A, de 22 de Agosto.

29 — Comunicação Social — 134 600 contos.

29.1 — Áudio-Visual — 20 100 contos.

Acção	Conteúdo
Infra-estruturas áudio-visuais	Apoio à construção/modernização de infra-estruturas áudio-visuais.

29.2 — Circulação — 85 000 contos.

Acção	Conteúdo
Difusão dos <i>media</i>	Apoio à difusão dos <i>media</i> .

29.3 — Equipamento Tecnológico — 13 500 contos.

Acção	Conteúdo
Tecnologias de produção	Apoio à renovação e actualização do parque de máquinas dos órgãos de comunicação social.

29.4 — Formação e Incentivo — 16 000 contos.

Acção	Conteúdo
Acções de formação	Realização de acções de formação, dirigidas sobretudo aos agentes efectivos de produção noticiosa.

Vector — Gestão Pública e Institucional

No âmbito deste vector, contemplam-se as iniciativas da cooperação inter-regional, incluindo a integração social, educativa, profissional e cívica do emigrante.

No domínio da administração regional e local, desenvolver-se-ão acções adequadas à elevação dos seus índices de eficácia e eficiência.

Finalmente, serão desenvolvidos estudos e acompanhados e avaliados os instrumentos de programação e planeamento, melhorando-se lateralmente a informação estatística sobre a realidade regional. Prevê-se igual-

mente a realização de obras nas instalações da DREPA e SREA.

(Em milhares de contos)

Vector/programas	1998
Vector — Gestão Pública e Institucional	
Programa n.º 30 — Cooperação Externa	188,0
Programa n.º 31 — Administração Regional e Local ...	600,0
Programa n.º 32 — Planeamento, Finanças e Estatística	155,0
<i>Total da dotação do vector</i>	943,0

30 — Cooperação Externa — 188 000 contos.

30.1 — Cooperação Inter-Regional — 20 000 contos.

Acção	Conteúdo
Acções de cooperação externa	Acompanhamento das relações externas, designadamente no que se refere às questões europeias e norte-americanas, sem descurar outras com interesse para a Região.

30.2 — Emigrado/Repatriado — 10 000 contos.

Acção	Conteúdo
Integração do emigrado/repatriado	Programas e campanhas de reabilitação e integração do repatriado.

30.3 — Identidade Cultural — 158 000 contos.

Acção	Conteúdo
Açorianidade e raízes	Seminário «Portugal atlântico e açorianidade». Curso «A descoberta das raízes». Visitas de estudo de alunos e grupos escolares das comunidades à Região e dos Açores às comunidades.
Comunicação Açores-comunidades	Protocolos com meios de comunicação social, distribuição de publicações e outros meios de divulgação.
Preservação da identidade cultural	Divulgação de material de temática açoriana, exposições, conferências, palestras, manifestações artísticas diversas.
Encontro intercomunitário	Reunião plenária do Conselho Consultivo das Comunidades Açorianas. Contactos entre o Governo Regional e os membros do Conselho.
Estudo sobre o regresso de emigrantes	Estudo estatístico e analítico, em colaboração com a Universidade dos Açores.

31 — Administração Regional e Local — 600 000 contos.

31.1 — Modernização Administrativa — 150 000 contos.

Acção	Conteúdo
Promoção de acções de formação profissional Acções de modernização administrativa . . .	Promoção de acções de formação para os funcionários. Automatização do arquivo e acompanhamento de processos. Aplicação à Região do INFOCID. Participação no projecto SAFIRA. Automatização das áreas comuns aos diversos departamentos. Implementação de um servidor Internet e apoio à automatização dos serviços. Realização de acções de sensibilização, divulgação de documentos, esclarecimento junto das escolas, etc.

31.2 — Cooperação com as Autarquias Locais — 415 000 contos.

Acção	Conteúdo
Cooperação técnica	Realização de acções de cooperação técnica com os municípios e freguesias. Promoção de reuniões com eleitos locais e funcionários das autarquias.
Cooperação financeira com os municípios . . .	Apoio financeiro, bonificação de juros, a investimentos municipais nos domínios do saneamento básico, rede viária e recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos.
Cooperação financeira com as freguesias	Apoio a fundo perdido a acções de apetrechamento e construção de sedes das juntas de freguesia.

31.3 — Serviços Sociais — 35 000 contos.

Acção	Conteúdo
Serviços de apoio aos funcionários públicos	Manutenção e funcionamento de serviços sociais nas áreas da restauração, creches e jardins-de-infância.

32 — Planeamento, Finanças e Estatística — 155 000 contos.

32.1 — Planeamento e Finanças — 125 000 contos.

Acção	Conteúdo
Acções de acompanhamento e avaliação, incluindo os programas comunitários. Instalações da DREPA e SREA	Realização de acções de gestão, acompanhamento e avaliação dos programas e projectos apoiados por fundos comunitários. Promoção de estudos relativos à realidade sócio-económica regional. Pagamento à Câmara de Comércio da actividade dos agentes de dinamização económica. Beneficiação das instalações.

32.2 — Estatística — 30 000 contos.

Acção	Conteúdo
Acções de recolha, tratamento de informação e qualificação de recursos.	Realização de inquéritos estatísticos, aperfeiçoamento e difusão da informação estatística, informatização do SREA, realização das contas económicas regionais.

Vector — Calamidades

Para efeito de organização dos trabalhos de recuperação dos estragos causados pelos temporais do Inverno de 1996, neste vector estão incluídos grupos de intervenção, nos domínios da agricultura, pescas, transportes

marítimos e terrestres e ambiente e ainda no âmbito da habitação e realojamento.

A dotação do programa compreende já verbas para fazer face às consequências da intempérie que assolou os Açores nos dias 30 e 31 de Outubro, com maior expressão na ilha de São Miguel.

33 — Calamidades — 6 126 369 contos.

33.1 — Calamidades — Agricultura — 730 000 contos.

Acção	Conteúdo
Caminhos rurais	Conservação e reparação de caminhos danificados pelos temporais de 1996 e Outubro de 1997.
Edifícios e caminhos florestais	Conservação e reparação de edifícios e inventário do património. Conservação de caminhos florestais. Melhoramento em postos aquícolas e cinegéticos.
Apoio ao rendimento/culturas agrícolas . . .	Compensar e reparar danos em estruturas e culturas agrícolas, derivados da intempérie de final de Outubro de 1997.

33.2 — Calamidades — Pesca — 269 369 contos.

Acção	Conteúdo
Apoios extraordinários ao rendimento	Proporcionar os apoios financeiros necessários à regularização da actividade após situações de calamidade.
Reparação dos portos de pesca	Reparação de portos de pesca de São Miguel afectados pelos temporais.

33.3 — Calamidades — Transportes Terrestres — 2 590 000 contos.

Acção	Conteúdo
Reabilitação das ER do concelho de Ponta Delgada.	Reabilitação da rede viária do concelho de Ponta Delgada destruída pelos temporais de Dezembro.
Reabilitação das ER do concelho de Ribeira Grande.	Reabilitação da rede viária do concelho de Ribeira Grande destruída pelos temporais de Dezembro.
Reabilitação das ER do concelho de Vila Franca.	Reabilitação da rede viária do concelho de Vila Franca destruída pelos temporais de Dezembro de 1996 e Outubro de 1997.
Reabilitação das ER do concelho da Povoação	Reabilitação da rede viária do concelho da Povoação destruída pelos temporais de Dezembro de 1996 e Outubro de 1997.
Consolidação dos taludes da ER 1-1. ^a Pí-são-A. Alto.	Consolidação dos taludes do Pisão.
Reabilitação da ER 2-2. ^a da Ribeira Quente.	Reabilitação da ER 2-2. ^a da Ribeira Quente destruída pelos temporais de Dezembro de 1996 e Outubro de 1997.
Reabilitação da ER 1-2. ^a da ilha do Pico	Reabilitação da ER 1-2. ^a da ilha do Pico destruída pelos temporais de Dezembro.
Reconstrução de pontes na ilha das Flores	Reconstrução de pontes na ilha das Flores destruídas pelos temporais de Dezembro.
Repavimentação da ER em Santa Cruz e Lajes-Flores.	Repavimentação da ER em Santa Cruz e Lajes-Flores destruída pelos temporais de Dezembro.
Reconstrução e pavimentação do troço da ER do Corvo.	Reconstrução e pavimentação do troço da ER do Corvo destruída pelos temporais de Dezembro.
Reparação de danos na 2. ^a Circular de Ponta Delgada.	Obras de reparação.
Reparação de taludes da estrada Manadas-Urzelina.	Obras de reparação.
Reabilitação das ER do concelho de Lagoa	Reabilitação de troços da rede viária do concelho de Lagoa danificados pela intempérie de Outubro de 1997.
Reabilitação da ER 2-2. ^a do concelho de Nordeste.	Reabilitação de troços da rede viária do concelho de Nordeste danificados pela intempérie de Outubro de 1997.

33.4 — Calamidades — Transportes Marítimos — 1 358 000 contos.

Acção	Conteúdo
Porto da Graciosa	Recuperação do molhe-cais, quebra-mar, cabeça do molhe e manto de protecção — empreitada em curso.
Reparação do porto de São Roque	Estudo/projecto e reabilitação do porto de São Roque do Pico.
Reconstrução do porto de Ponta Delgada . . .	Reforço da cabeça do molhe, pavimento, muro-cortina — empreitada em curso.
Portos e marinas de Ponta Delgada e Horta	Reabilitação das instalações, máquinas, rede de electricidade nos portos e marinas de Ponta Delgada e Horta.
Porto Pipas, Terceira	Reforço do molhe, protecção do muro-cortina, caleiras, rede de distribuição de energia, etc. — empreitada em curso.
Porto da Madalena	Reparação do contramolhe e rampa de varagem — empreitada em curso.
Remoção de navios — PDL e Angra do Heroísmo.	Remoção de navios.

33.5 — Calamidades — Ambiente — 879 000 contos.

Acção	Conteúdo
Gestão da orla costeira — Ribeira Quente . . .	Protecção à orla marítima de Povoação. Protecção à orla marítima de Ribeira Quente. Protecção à orla marítima de pequenos troços de diversas ilhas. Ordenamento da costa sul de São Miguel.
Protecção dos recursos hídricos	Desobstrução de leitos e realização de obras hidráulicas.

33.6 — Calamidades — Bonificações e Apoios — 10 000 contos.

Acção	Conteúdo
Bonificações e apoios	Bonificações de juros das novas linhas de crédito abertas para os sinistrados e apoios a instituições sem fins lucrativos.

33.7 — Calamidades — Edifícios — 290 000 contos.

Acção	Conteúdo
Reconstrução do Recolhimento de Santa Bárbara. Aquisição, recuperação de edifícios e realojamento.	Obras de reconstrução. Intervenções no domínio dos equipamentos, habitação e realojamento de famílias afectadas pelas consequências das intempéries de Outubro de 1997.

AVISO

1 — Cada assinante deverá indicar sempre o número de assinante que lhe está atribuído e mencioná-lo nos contactos que tenha com a INCM.

2 — Os preços para 1998 são os constantes da tabela abaixo indicada.

3 — Não serão aceites pedidos de anulação de assinaturas com devolução de valores, salvo se decorrerem de situações da responsabilidade dos nossos serviços.

4 — As renovações de assinaturas e a contratação de novos serviços poderão ser feitas através das nossas lojas.

5 — Toda a correspondência sobre assinaturas deverá ser dirigida para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Departamento Comercial, Sector de Publicações Oficiais, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, 1099 Lisboa Codex.

Preços para 1998

Papel (inclui IVA 5 %)	
DR, I série	24 700\$00
DR, II série	24 700\$00
DR, III série	24 700\$00
DR, I e II séries	42 900\$00
DR, I e III séries	42 900\$00
DR, II e III séries	42 900\$00
Completa (as 3 séries)	61 100\$00
Compilação de sumários	7 300\$00
Acórdãos	12 400\$00
Diário da Assembleia da República	15 900\$00

CD ROM (inclui IVA 17 %)		
	Assin. papel *	Não assin. papel
Contrato anual (envio mensal)	30 000\$00	39 000\$00
Histórico (1974-1997) (a)	70 000\$00	91 000\$00
Histórico avulso (a)	5 500\$00	7 150\$00
Licença de utilização em rede (máximo de 5 utilizadores)	45 000\$00	
Licença de utilização em rede (máximo de 10 utilizadores)	60 000\$00	

Internet (inclui IVA 17 %)		
	Assin. papel *	Não assin. papel
DR, I série	8 500\$00	11 050\$00
DR, III série (concursos públicos)	10 000\$00	13 000\$00
DR, I e III séries (concursos públicos)	17 000\$00	22 100\$00

* Preço exclusivo por assinatura do *Diário da República* em suporte de papel.
(a) Distribuição prevista a partir de Março.

Para esclarecimentos use o telefone 0808 200 110 (linha azul).

**DIÁRIO DA REPÚBLICA**

Depósito legal n.º 8814/85

ISSN 0870-9963

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos para reclamação de faltas do *Diário da República* são, respectivamente, de 30 dias para o continente e de 60 dias para as Regiões Autónomas e estrangeiro, contados da data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 304\$00 (IVA INCLuíDO 5%)

**IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.**

**LOCAIS DE INSCRIÇÃO DE NOVOS ASSINANTES,
VENDA DE PUBLICAÇÕES,
IMPRESSOS E ESPÉCIMES NUMISMÁTICOS**

- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099 Lisboa Codex
Telef. (01)387 30 02 Fax (01)384 01 32
- Rua da Escola Politécnica, 135 — 1250 Lisboa
Telef. (01)397 30 35/(01)397 47 68 Fax (01)396 94 33
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16-A e 16-B — 1050 Lisboa
Telef. (01)353 03 99 Fax (01)353 02 94
- Rua de D. Filipa de Vilhena, 12 — 1000 Lisboa
Telef. (01)796 55 44 Fax (01)797 68 72
- Avenida do Engenheiro Duarte Pacheco — 1070 Lisboa
(Centro Comercial das Amoreiras, loja 2112)
Telef. (01)387 71 07 Fax (01)353 02 94
- Avenida Lusitana — 1500 Lisboa
(Centro Colombo, loja 0.503)
Telefs. (01)711 11 19/23/24 Fax (01)711 11 21
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 — 4050 Porto
Telef. (02)205 92 06/(02)205 91 66 Fax (02)200 85 79
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 — 3000 Coimbra
Telef. (039)2 69 02 Fax (039)3 26 30

Diário da República Electrónico: Endereço Internet: <http://www.incm.pt> • Correio electrónico: dco@incm.pt • Linha azul: 0808 200 110

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099 Lisboa Codex